



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



GEÍSE MARIA LINS ALVES

**EVIDENCIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DA
GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI): UM ESTUDO NA EMPRESA NATURA
COSMÉTICOS S.A NO PERÍODO DE 2009 Á 2011.**

**SOUSA
2013**

Geíse Maria Lins Alves

Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade sob a Ótica da *Global Reporting Initiative* (GRI): Um estudo na empresa Natura Cosméticos S.A no período de 2009 á 2011.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Me. Janaína Ferreira Marques de Melo.

**Sousa – PB
2013**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“EVIDENCIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI): UM ESTUDO NA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S.A NO PERÍODO DE 2009 Á 2011”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa/PB, ___ de _____ de 2013.

Geíse Maria Lins Alves

GEÍSE MARIA LINS ALVES

**EVIDENCIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DA
GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI): UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
NATURA COSMÉTICOS S.A NO PERÍODO DE 2009 Á 2011.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Janaína Ferreira Marques de Melo (Orientadora)

Membro examinador 1

Membro examinador 2

**SOUSA – PB
2013**

Dedico aos meus pais Geraldo Jesus Alves e Cícera Lins Alves, pelo esforço e dedicação ao longo da minha vida acadêmica, por acreditarem nos meus sonhos e tentarem realizá-los. Aos meus irmãos Jhessica Sâmia e Geraldo Segundo, pelo carinho, amor e compreensão. E a minha avó Pedrina Alves pela força, companheirismo e por me ensinar o que é o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu guia espiritual, por todas as oportunidades que me foram dadas na vida, pela proteção e orientação no decurso desta graduação.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as decisões que tomei na minha vida, mesmo nas que eu fracassei. Em especial a minha mãe Cícera, que sempre se preocupou e se dedicou aos meus estudos com muito zelo e amor.

Ao amor da minha vida, minha vizinha Pedrina Alves, espelho de força e fé. A qual eu sou ligada por um elo de amor incondicional e inexplicável.

Ao meu anjo no céu, meu "Vô Chico", pois tenho a certeza que ele me guia e me dá força nessa minha caminhada.

Aos meus irmãos Jhessica e Segundo, que sempre me deram carinho e confiança.

Aos amigos que me ajudaram nessa jornada em Sousa-PB, sempre prestativos, nos quais eu cito; Susana Sousa, Creuziane Estrela, Ricardo Augusto e Carla Lucena.

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante dos meus olhos.”
(Isaac Newton)

RESUMO

A crescente preocupação com a questão ambiental tem levado as empresas a investirem cada vez mais na área. Com o aumento do investimento, torna-se necessário o registro e divulgação dos fatos que afetam o meio ambiente, porém a evidenciação dos impactos e das ações de proteção do meio ambiente é recente no mundo corporativo. A contabilidade exerce um papel fundamental na elaboração dos demonstrativos e relatórios ambientais, e para tanto ela deve atender as exigências dos usuários da informação. O documento “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”, emitido pela *Global Reporting Initiative* – GRI é um guia de elaboração de relatórios social mundialmente reconhecido e aplicado, que tem como uma das principais metas oferecer aos usuários destas demonstrações uma informação mais completa, padronizada e confiável. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar as informações ambientais da empresa Natura Cosméticos S.A conforme as normas globais de elaboração dos relatórios de sustentabilidade propostas pela GRI no período de 2009 á 2011. De acordo com a natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfica e documental. Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo a qual possibilitou a verificação e a interpretação da evidenciação ambiental nos relatórios de sustentabilidade. Os resultados da pesquisa mostraram que ao passar do tempo a empresa está evidenciando mais claramente em seus relatórios o fator ambiental e detalhando mais os indicadores propostos pela GRI.

Palavras-chave: Contabilidade; Relatórios de Sustentabilidade; GRI.

ABSTRACT

The worry growing the environmental matter has led the companies to invest increasingly in the area. With the investment increase, it is necessary the recording and divulgation of the facts that affects the environment, however the conspicuousness of impacts and protective actions is recent in the corporate world. The accountancy fulfills the fundamental function in the preparation of users. "Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade" document issued by Global Reporting Initiative – GRI is a drawing up guides social and worldwide recognized and applied, it's one of the main goals is the offer to these statements users a more complete information, standardized and reliable. In this context, the company goal was identify the environment information of the Natura Cosméticos S. A company according to the elaboration global rules from sustainability report proposed by GRI from 2009 to 2011. According to the research body, it is a qualitative research, presents exploratory character, bibliographic and documentary. It was used content analysis technique which allowed the environmental conspicuousness verification and interpretation on sustainability reports. The survey results showed that over time the company is revealing more clearly in their reports detailing the environmental factor and most indicators proposed by the GRI.

Keywords: Accountancy; Sustainability Reports; GRI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores ambientais da GRI encontrados nos relatórios da Natura no ano proposto.....	22
Quadro 2 – Princípios Para assegurar a Qualidade do Relatório	47
Quadro 3 – Indicadores Econômicos	48
Quadro 4 – Indicadores Ambientais	49
Quadro 5 – Indicadores Sociais: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	51
Quadro 6 – Indicadores Sociais: Direitos Humanos	52
Quadro 7 – Indicadores Sociais: Indicadores de Desempenho da Comunidade	53
Quadro 8 – Indicadores Sociais: Indicadores de Desempenho de Responsabilidade dos Produtos	54
Quadro 9 - Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2009	57
Quadro 10 – Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2010	58
Quadro 11 – Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2011	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Evolução do Indicador EN 2	62
Tabela 2 Evolução do Indicador EN 10	62
Tabela 3 Evolução do Indicador EN 30	64

SUMÁRIO

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	12
1.1 Delimitação do tema e problema	14
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Procedimentos metodológicos.....	19
1.4.1 Natureza da pesquisa	19
1.4.2 Classificação da pesquisa.....	19
1.4.3 Universo e Amostra da pesquisa	20
1.4.4 Instrumento de coleta e análise dos dados	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 Desenvolvimento Sustentável	23
2.1.1 As Ciências Contábeis inseridas na sustentabilidade	25
2.2 Contabilidade ambiental	27
2.2.1 Ativos, passivos e patrimônio ambiental	29
2.2.2 Receitas, despesas e custos ambientais	31
2.3 Evidenciação.....	32
2.3.1 Demonstrações financeiras padronizadas	35
2.3.1.1 <i>Demonstrações contábeis</i>	35
2.3.1.2 <i>Relatórios da administração</i>	36
2.3.1.3 <i>Notas Explicativas</i>	38
2.3.2 Relatórios complementares	39
2.3.2.1 <i>Eco Balanço</i>	39
2.3.2.2 <i>Balanço Social</i>	40
2.3.2.3 <i>Relatório de Sustentabilidade</i>	42
2.4 GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>).....	42
2.4.1 GRI e os relatórios de sustentabilidade.....	45
2.4.2 Indicadores de desempenho da GRI.....	47
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
3.1 Principais características operacionais e práticas ambientais.....	55
3.2 Indicadores ambientais.....	56
3.3 Análise da variação em percentual dos indicadores mais relevantes	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	65
REFERÊNCIAS	67

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Devido ao crescimento das populações e das necessidades de consumo, as indústrias cresceram consideravelmente em número, áreas de atuação e variedade de produtos. Entretanto, a disciplina e a preocupação com o meio ambiente natural não se fez presente durante muitos anos, tendo como resultado problemas ambientais de grandes dimensões como, por exemplo, a abertura existente na camada de ozônio (PAIVA, 2009).

Em um ambiente global, no qual algumas exigências e padrões de condutas estão se disseminando, as empresas começam a despertar para as obrigações sociais e ambientais decorrentes deste ambiente. A sociedade civil está exigindo e divulgando as condutas empresariais que depredam a natureza, exercendo pressão nas empresas e no governo, para que haja maior comprometimento no uso dos recursos naturais.

Os problemas que atingem a humanidade, como o esgotamento dos recursos naturais, os níveis elevados de poluição, o desmatamento, a chuva ácida e o aquecimento global, são de responsabilidade de toda a sociedade.

Atualmente é imprescindível investir na proteção ambiental, inicialmente, tal investimento é considerado um diferencial de mercado, pois, quando as empresas começaram a perceber que a poluição e os efeitos negativos causados à natureza representam a perda de competitividade no mercado, passaram a adotar práticas sustentáveis em sua gestão. Crê-se que, em um futuro próximo, se tornará uma preocupação preservá-lo.

O mercado, ente disciplinador de relações socioeconômicas, impõe à Contabilidade a obtenção de uma visão mais ampla, mais social e humana, que evidencie as ações relacionadas à integração da responsabilidade social, da administração empresarial e do sistema de gestão ambiental. Surge assim, a necessidade de identificar as alternativas que a contabilidade possui para evidenciar a sociedade seu desempenho ambiental, firmando o interesse social das empresas (LEONARDO, 2001).

Além da ênfase dimensionada com a preocupação e recuperação ambiental, as empresas devem estar aptas a informar aos seus *stakeholders* (usuários da informação) sobre suas atitudes e desempenhos ambientais, prestando contribuição na tarefa de geração e divulgação de informações (NOSSA, 2002).

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), a preocupação com a divulgação/evidenciação das informações ambientais, remete à pesquisa na área de

Ciências Contábeis, cujo objetivo é fornecer informações sobre a situação econômico-financeira das empresas aos seus usuários (os *stakeholders*), por meio das demonstrações contábeis.

A contabilidade ambiental se constitui em uma das vertentes da contabilidade que serve para evidenciar e espelhar a relação das empresas com o meio ambiente. É mais ambiciosa que a contabilidade tradicional, visto que busca conhecer as externalidades negativas e registrar, mensurar, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais (TINOCO e KRAEMER, 2008).

Ainda nessa linha, Ferreira (2009), define a contabilidade ambiental como uma especialização da contabilidade, e não como uma nova ciência, porém que deve relatar adequadamente, em termos econômicos, as interações das empresas com o meio ambiente que modificam o seu patrimônio.

Para Paiva (2009), a contabilidade ambiental consiste em uma atividade de identificação e registros de dados sobre os eventos ambientais, bem como o processamento e geração de informações que subsidiem os eventos ambientais na tomada de decisão.

Cabe à contabilidade formular parâmetros de mensuração e registro que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial de tal relação. As informações concernentes ao desempenho ambiental das empresas podem ser evidenciadas nas demonstrações contábeis ou por meio de demonstrações complementares (PAIVA, 2009).

Por intermédio dos relatórios produzidos pela contabilidade, os *stakeholders* podem avaliar tendências futuras das empresas, bem como os investimentos nas áreas social e ambiental.

Para Tinoco (2008), no Brasil a divulgação das informações não atende ao preceito básico de evidenciação da situação das organizações, elas registram basicamente seus eventos operacionais, sem revelar sua inserção na vida social. Assim percebe-se ainda grande resistência por parte das empresas em divulgarem suas informações socioambientais, visto que essas demonstrações contábeis configuram-se como evidenciações voluntárias.

Entendendo que a evidenciação das informações contábeis deve ser transparente, de forma a auxiliar o usuário na tomada de decisão e não obstante, esta pesquisa busca analisar a evolução do grau de aderência plena aos indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social propostos pelas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI, bem como mensurar a aderência da empresa Natura Cosméticos S.A,

às normas globais de elaboração dos relatórios de sustentabilidade proposta pela GRI (Global Reporting Initiative).

1.1 Delimitação do tema e problema

Atualmente, com o desenvolvimento da tecnologia, as organizações, através de suas atividades de exploração dos recursos naturais, estão afetando o padrão de vida da sociedade, causando diversos malefícios a população devido aos impactos no meio ambiente (SANTOS, et. al. 2004).

Em meio à frequente e emergente necessidade de reflexão por parte das organizações sobre o seu papel no desenvolvimento sustentável, é cada vez mais necessária a busca por novas informações que contribuam não somente para os negócios, mas também para a construção de uma sociedade sustentável (ZAMBON E RICCO, 2009).

Atuando como o motor de toda essa problemática, estão as empresas, as quais, ao produzirem, prestarem ou adquirirem bens e serviços, consomem recursos naturais. Associado a isso, nota-se a influência dos consumidores que demandam cada vez mais de produtos e serviços para suprirem suas necessidades.

Através dessas mudanças no meio organizacional, surge como desafio para a contabilidade apoiar os novos tipos de gestões socioambientais difundidas pelas empresas, não apenas como forma de diminuir os efeitos negativos causados ao meio ambiente, mas também agregar valor econômico, social e ambiental, contribuindo para sua capacidade de atuar no mercado com maior competitividade sustentável (FERREIRA, *et al.* 2008).

Assim, é importante destacar o potencial que a Contabilidade possui, como uma ciência da informação, que gera subsídios para atender aos diferentes usuários que estão relacionados à temática ambiental. Não é cabível, que no atual contexto comercial se ignore a relação da Contabilidade com o meio ambiente.

A Contabilidade Ambiental segue as mesmas bases, objetivos, fundamentos e princípios da Contabilidade geral devendo registrar e controlar as atividades referentes a gestão ambiental, evidenciando dados para tomada de decisões acertadas em relação à conservação e ao futuro dos recursos naturais e fatores importantes para a sustentabilidade do empreendimento.

De acordo com Nossa (2002), a grande dificuldade no processo de evidenciação de informações ambientais encontra-se relacionada ao atendimento às características qualitativas da informação: compreensibilidade; relevância; confiabilidade e comparabilidade.

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de um modelo que permita comunicar de forma clara e transparente informações relacionadas à sustentabilidade, a GRI elabora desde 1997, guias para a confecção de relatórios de sustentabilidade.

Conforme a GRI (2006, p.2), sua missão é satisfazer a necessidade de padronização, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades.

A GRI (2006, p.2), ainda alerta que a urgência e a magnitude dos riscos e dos danos para a sustentabilidade e a grande disponibilidade de opções e oportunidades tornarão a transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais componentes fundamentais para que haja eficácia nas relações com os *stakeholders*, nas decisões sobre investimento e em outras relações de mercado.

Observa-se então, que a necessidade de ser mais transparente poderá incentivar as organizações a buscar melhor desempenho socioambiental. E para alcançá-los, processos vigentes serão repensados e novos investimentos refletirão as mesmas preocupações internas em relação a fornecedores e a outros parceiros de negócios.

Todavia, a omissão de dados solicitados pelo modelo pode significar que uma entidade está usufruindo indevidamente dos benefícios gerados pela publicação de um documento incompleto, porém associado a um modelo mundialmente reconhecido de monitoramento de desempenho socioambiental.

Dessa forma o presente estudo procura responder ao seguinte questionamento: **Quais informações encontradas nos relatórios de sustentabilidade da Natura Cosméticos S.A podem ser utilizadas para o modelo das normas globais propostas pela GRI?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Verificar as informações ambientais da empresa Natura Cosméticos S.A conforme as normas globais de elaboração dos relatórios de sustentabilidade propostas pela GRI no período de 2009 á 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever as principais práticas ambientais divulgadas da empresa estudada;
- Analisar os indicadores ambientais presentes nos relatórios da empresa, propostos pela terceira geração das diretrizes da GRI;
- Identificar se as informações dos indicadores ambientais propostos nesses relatórios são evidenciadas de forma parcial ou total;
- Mensurar a evolução (em percentual) dos principais indicadores ambientais propostos pela GRI.

1.3 Justificativa

A partir de uma perspectiva informacional, a divulgação das Demonstrações Contábeis visa prover aos usuários externos informações relevantes à tomada de decisão (BEAVER, 1998). Nessa ótica, um dos principais objetivos da informação contábil é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre usuários internos (gestores, executivos, etc) e os usuários externos da entidade (acionistas, credores, governo, etc.) (LOPES; MARTINS, 2005).

Dentro do escopo das diversas informações divulgadas pelas entidades, encontram-se as informações de caráter ambiental. Segundo Kraemer (2005), a Contabilidade Ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto ou serviço pode trazer ao meio ambiente, ou seja, é um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente. Assim, ela é o registro dos bens, direitos e obrigações ambientais de uma determinada empresa e suas respectivas mutações.

Apesar de existirem tentativas de normatizar a forma pela qual as informações sociais e ambientais devem ser evidenciadas, como, são os casos dos modelos de balanço Social do IBASE e do *Global Reporting Initiative* (GRI), não há no Brasil nenhuma obrigatoriedade na divulgação dessas informações.

Nota-se que, apesar de não existir lei ou norma específica que obrigue as empresas a evidenciar informações ambientais, muitas delas o fazem. Obviamente, a preparação e divulgação destas informações geram custos adicionais e muitas vezes tornam públicas informações estratégicas aos concorrentes. Por outro lado, a divulgação de informações voluntárias também pode trazer benefícios às empresas, como por exemplo, a redução do custo de capital, o aumento da liquidez das ações e a criação de uma imagem ambientalmente correta. (SOLOMON, 2004).

Assim, as empresas passaram a ver a questão ambiental não apenas como uma exigência legal, mas como uma estratégia competitiva que associa a mesma a imagem de uma empresa que cumpre com suas responsabilidades sócias e ambientais (LINS e SILVA, 2007). No intuito de melhorar a sua imagem, atrair novos investidores e mostrar a sociedade a sua preocupação com a preservação e recuperação do meio ambiente, as empresas passaram a divulgar e evidenciar essas informações ambientais em seus relatórios contábeis.

Evidenciar é tornar evidente; provar, demonstrar. Pôr-se em evidência; distinguir, salientar-se (MICHAELIS, 1998 p.915). Ou seja, na contabilidade, a evidenciação é a demonstração da situação econômico-financeira e patrimonial de uma empresa, realizada com base nas informações vindas dos registros contábeis, através de demonstrações e relatórios publicados pelos contabilistas.

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente. Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado (AQUINO e SANTANA, 1992, p.1).

ludícius (2000, p. 117), ressalta a relação entre a evidenciação e a convenção da materialidade. Todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O contador, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são os mais evidentes no processo de comunicação com o usuário externo.

O processo de comunicar implica no reconhecimento dos tipos de informações necessárias aos usuários da informação contábil e a avaliação da sua habilidade em interpretar adequadamente a informação (LOUZADA, 2002, p.19). A habilidade de análise da informação contábil deve ser do contador ou de um profissional preparado, para servir de intermediário entre a empresa e seus usuários.

Assim, o impacto das atividades da empresa no meio ambiente deve ser evidenciado pela contabilidade e o sentido da evidenciação é que a informação não relevante de ser omitida a fim de facilitar o entendimento das demonstrações contábeis.

Para que essa evidenciação ocorra da maneira mais transparente possível, o contador pode utilizar-se de todas as formas de evidenciação conhecidas.

Os Relatórios de Sustentabilidade consistem em medir e divulgar através de um relatório, os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização ou empresa. Dá-se através de um relato voluntário, onde existem vários modelos disponíveis. Atualmente, segundo Tinoco e Kraemer (2008) o modelo de relatório com maior credibilidade no cenário internacional é o da GRI.

A GRI é uma organização não governamental internacional, com sede em Amsterdã na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo (ALBUQUERQUE *et. al.*, 2009).

O objetivo da GRI consiste em elaborar e difundir as diretrizes para organização de relatórios de sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas organizações, buscando transformar a elaboração desses relatórios de sustentabilidade em uma rotina e conferir-lhes credibilidade como as demonstrações financeiras em termos de comparabilidade, rigor e verificabilidade (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Esse modelo apresenta importantes contribuições, oferecendo uma informação abrangente, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferecendo as bases para uma maior comparabilidade das informações, justificando dessa forma o tema desse estudo.

Um dos critérios usados para selecionar a empresa estudada que é a Natura Cosmético S.A, foi seu reconhecimento por suas práticas de sustentabilidade em *ranking* e premiações prestigiadas pela sociedade e pelo ambiente empresarial de modo geral.

Segundo a Natura (2013) em seu site institucional, a empresa adota as diretrizes da GRI desde 2004, foi a primeira empresa brasileira a adotar esse modelo de relatório ambiental. O portfólio da empresa é apresentado como a referência em sustentabilidade e envolve certificações socioambientais e inovações voltadas à redução reforçam a imagem da empresa selecionada como uma organização orientada a oferecer produtos sustentáveis no mercado, o que permite uma melhor análise de seu desempenho.

1.4 Procedimentos metodológicos

1.4.1 Natureza da pesquisa

Com base nas características do objetivo geral, pode-se considerar que a pesquisa é qualitativa. Pois buscou identificar se com o passar do tempo, na medida em que a empresas aumentam os investimentos na área ambiental, informações essas que são divulgadas por meio de dados quantitativos, elas aumentam também a evidenciação de suas ações, por meio da divulgação de dados qualitativos. Ela é considerada quantitativa pela quantificação e apresentação dos resultados em percentual, conforme o item 3.3.

Para Richardson *apud* Beuren *et al.*(2006), os estudos que utilizam uma abordagem qualitativa mostram aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimentos sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para interpretação.

1.4.2 Classificação da pesquisa

De acordo com os resultados alcançados a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Para Gil (2008, p.28), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características

de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis, utilizando principalmente técnicas padronizadas e de coleta de dados.

Ela também se apresenta de caráter exploratório, pois em um estudo exploratório busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa (BEUREN, 2006).

Neste mesmo sentido, Gil (2008, p.27) diz que esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito a construir hipóteses.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, para fundamentar e embasar o referencial teórico foi utilizado o procedimento de pesquisa bibliográfica e documental. Já que se utilizou de fontes de pesquisa como livros, revistas, textos técnicos e a consulta dos relatórios de responsabilidade social disponibilizados em sítios na internet. Para Gil (2008 p.50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. O presente estudo também pode ser considerado um estudo de caso.

1.4.3 Universo e Amostra da pesquisa

A definição do ambiente de pesquisa, bem como, os indivíduos que estão envolvidos nas técnicas de coleta de dados, são fatores fundamentais para completar o levantamento das informações do problema em estudo.

Marconi e Lakatos (2008) definem o universo como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Nesse sentido, um dado Universo pode compreender uma região geográfica, um conjunto de indivíduos ou até uma unidade de observação.

Os mesmos autores (OP CIT 2008) afirmam que a amostra de uma pesquisa compreende uma porção ou parcela, conveniente selecionada do universo; é o subconjunto do universo. Amostragem consiste em selecionar parte de uma população para observar, de modo a quem seja possível estimar alguma coisa sobre toda a população.

Neste estudo não há diferenciação entre universo e amostra, pois seu objeto de estudo é a

empresa Natura Cosméticos S.A, o período analisado foi de 2009 a 2011, sendo assim um estudo de caso.

1.4.4 Instrumento de coleta e análise dos dados

Para Eisenhardt (1989, p. 539), a análise de dados é o coração da criação de teorias, a partir de estudos de caso, porém é a etapa mais difícil e a menos codificada do processo. A autora recomenda que o apuramento das hipóteses do trabalho de pesquisa se dê a partir da combinação da análise aprofundada de cada caso e da busca por padrões por meio da comparação de casos, buscando semelhanças e diferenças entre eles.

A coleta de dados se deu a partir do acesso aos demonstrativos e relatórios contábeis referentes aos anos de 2009 a 2011, disponíveis no *web site* da empresa Natura Cosméticos S.A. Após a coleta dos dados e escolha das demonstrações e relatórios contábeis, inicia-se a análise de conteúdo, qual foi desenvolvida a partir da classificação dos elementos patrimoniais e de resultado referentes aos itens ambientais como: ativos, passivos, despesas e receitas.

Esse estudo teve suas informações obtidas a partir da pesquisa documental, na qual foram caracterizadas as demonstrações e relatórios selecionados para esse estudo. Depois da escolha das demonstrações e relatórios contábeis deu-se a análise de conteúdo, o que possibilitou a verificação de evidenciação de itens ambientais da empresa em estudo no período de 2009 a 2011.

As informações extraídas das demonstrações e relatórios das empresas analisadas foram organizadas através de quadros e tabelas, utilizando como ferramenta planilhas eletrônicas.

A análise qualitativa deu-se a partir da observação e interpretação dos dados, de acordo com os conhecimentos tratados no referencial teórico, de forma a atender aos objetivos desta pesquisa, bem como dar suporte as conclusões finais desse estudo. Como variáveis de investigação, foi elaborado um quadro, no qual possui os indicadores ambientais a serem analisados, detalhando o ano correspondente à análise e sua forma de evidenciação, se está evidenciado de forma total ou parcial. Essa metodologia de análise foi retirada das diretrizes da G3 que a GRI adota para elaboração de seus relatórios de sustentabilidade.

Quadro 1 – Indicadores ambientais da GRI encontrados nos relatórios da Natura no ano proposto

Indicadores ambientais propostos pelo GRI	ANO	
	TOTAL	PARCIAL
Materiais usados por peso ou volume.		
Percentagem de materiais de entrada usados que são reciclados.		
Consumo de energia direta por energia de fonte primária		
Consumo de energia indireta por energia de fonte principal.		
Energia economizada devido à conservação e melhorias eficientes.		
Iniciativas para fornecer energia eficiente ou renovável, produtos baseados na redução de energia e serviços.		
Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta.		
Total de água retirada por fonte.		
Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.		
Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.		
Localização e tamanho da área possuída, arrendada, gerenciada ou adjacente a áreas protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade e áreas protegidas.		
Discriminação de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alta biodiversidade fora de áreas protegidas.		
Habitats protegidos ou restaurados.		
Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.		
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN conservadas em habitats nas áreas afetadas por operações, por nível de risco de extinção.		
Total de emissões por peso de gás de efeito estufa de maneira direta e indireta.		
Emissões relevantes de maneira indireta de gás de efeito estufa.		
Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.		
Emissões de substâncias destruidoras de ozônio por peso.		
NO, SO e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.		
Descarte total de água, por qualidade e destino.		
Peso total de resíduos por tipo e método.		
Número e volume total de derramamentos significativos.		
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou considerados perigosos nos termos da Convenção Brasileira, Anexo I, II, III e VII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.		
Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água significativamente afetados e escoamento de água.		
Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão do impacto de mitigação.		
Percentual de produtos e seus materiais de embalagem que são recuperados, por categoria.		
Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias, pelo não cumprimento com as leis ambientais e regulamentos.		
Impactos ambientais significativos com o transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados para a organização em operações.		
Total dos gastos em proteção ambiental e investimentos por tipo.		

Fonte: GRI 2013

Por meio das variáveis de investigação relacionadas no quadro 1, neste estudo, ao encontrar informações sobre esses indicadores, analisa-se se sua evidenciação é total ou parcial, marcando um “x”, em uma das alternativas.

Para o alcance dos objetivos deste estudo, após a verificação nos relatórios da natura os indicadores propostos pela GRI, analisou a evolução em percentual (%), por meio de tabelas, dos 03 indicadores mais relevantes desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Sustentável

Um relatório que ficou conhecido como Nosso Futuro Comum publicado pela comissão mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, definiu o Desenvolvimento Sustentável como sendo aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Segundo Barbosa (2008) o termo Desenvolvimento Sustentável surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava durante a segunda metade do século XX.

Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2010) diz que o desenvolvimento sustentável corresponde à satisfação das necessidades sociais, sem o prejuízo das gerações futuras.

Muitas empresas aderiram a esse conceito, pois acreditavam que a inserção da sustentabilidade nos seus negócios tornaria seus processos produtivos mais eficientes e como consequência uma redução nos custos.

Albuquerque (2009) diz que a CNUMA/UNCED (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento) produziu um importante documento, a Agenda 21. Nele o conceito de Desenvolvimento Sustentável é baseado na satisfação das necessidades do presente com um equilíbrio dinâmico, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas. Sua essência fundamental era promover um novo padrão de desenvolvimento que conciliasse a proteção ambiental com a justiça social e a eficiência econômica.

Assim, desenvolver sustentavelmente representa relacionar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, buscando não agredir o meio equilíbrio da sociedade e sem comprometer a natureza.

Nesse contexto é importante visualizar a sustentabilidade conforme a abordagem de Sachs; Xavier *apud* (ALBUQUERQUE, 2009), determinando a existência de dimensões da sustentabilidade, as quais se têm:

- Sustentabilidade social: melhor distribuição de renda, divisão das riquezas diminuindo a disparidade entre ricos e pobres;
- Sustentabilidade econômica: recursos aplicados de forma mais eficiente e constantes investimentos públicos e privados;
- Sustentabilidade ecológica: utilizar a criatividade e a tecnologia para ampliar a capacidade dos recursos naturais e diminuir o teor de resíduos, definir normas para uma adequada proteção ambiental;
- Sustentabilidade espacial: reduzir a concentração nas áreas metropolitanas; frear a destruição de ecossistemas; promover a agricultura através de técnicas sustentáveis, explorar o potencial da industrialização descentralizada e acoplada a tecnologias limpas, protegendo a biodiversidade.
- Sustentabilidade cultural: incluir nos processos de desenvolvimento a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que tragam em seu bojo o conceito de eco desenvolvimento para o ecossistema local;
- Sustentabilidade temporal: manutenção da capacidade de suporte do sistema, ao longo do tempo, sem restrições ou escassez de insumos e matérias-primas.

Tais considerações mostram que as aplicações das dimensões do desenvolvimento sustentável contribuem para a melhoria das condições sociais, garantindo a geração de valor não só para organizações, mas também para toda a sociedade.

Segundo Vellani e Ribeiro (2008), a sustentabilidade no contexto dos negócios pode ter dimensões, conhecidas internacionalmente como *Triple Bottom Line* (TBL): a econômica, a social e a ecológica. Podemos dizer que as aplicações das dimensões do desenvolvimento sustentável contribuem para a melhoria das condições sociais, garantindo a geração de valor não só para as organizações, mas também para toda a sociedade.

O desenvolvimento sustentável apresenta-se como um projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas, melhorar a qualidade de vida da população e promover a conservação ambiental. Constitui-se num projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta (LEFF, 2001).

Pode-se então concluir que os princípios de sustentabilidade recomendam a comunicação e a interação das empresas com suas partes. A questão em torno do desenvolvimento sustentável é complexa e requer uma constante discussão sobre os limites e impactos que o crescimento econômico causa na sociedade, a qual precisa se conscientizar de seu papel neste contexto ambiental, respeitando suas necessidades e visando os problemas que as próximas gerações irão enfrentar.

Assim, devida a essa complexidade, principalmente no que se trata do contexto ambiental e sua comunicação, a contabilidade como ciência social pode contribuir para uma melhor apresentação das informações ambientais.

2.1.1 As Ciências Contábeis inseridas na sustentabilidade

A Contabilidade tem assumido cada vez mais seu papel de ciência social. Os aspectos socioambientais presentes nas organizações revelam a necessidade da existência de uma Contabilidade que se volte para os *stakeholders* e apresente informações também sobre esses aspectos, além dos aspectos econômico-financeiros.

O Brasil começou a discutir mais seriamente a Contabilidade Ambiental no começo da década de 90, “mas as alterações econômicas que essas mudanças ocasionaram ainda são pouco divulgadas ao público externo”, afirma Maísa de Souza Ribeiro professora da Universidade de São Paulo (USP) – Campus de Ribeirão Preto e autora do livro “Contabilidade Ambiental” (RIBEIRO, 2010).

Assim, a Contabilidade Ambiental ou Socioambiental começa a ganhar adeptos em todo o país. O tema, aliás, pode ser definido como um conjunto de informações econômico-financeiras resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente. Percebe-se a relevância das recentes pesquisas sobre o tema associado ao fato de que o crescimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a preocupação social são componentes essenciais para a sustentabilidade empresarial.

Foi no ano de 1998, por meio do relatório financeiro sobre passivos e custos ambientais pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*), que a Contabilidade Ambiental ganhou status de novo segmento da Ciência Contábil.

Em decorrência do progresso crescente, diversos segmentos da sociedade voltaram suas preocupações para uma esfera que até bem pouco tempo não se falava muito: a preservação ambiental e o ônus decorrente dessa expansão mundial. Em vista disso determinados setores da sociedade partiram em busca de estratégias controladoras com a finalidade de que fossem produzidas soluções eficazes para o desenvolvimento sustentável.

A contabilidade, que é uma ciência que tem como objetivo de estudo o patrimônio das entidades, enveredou-se nessa linha social e se recoloca como uma ferramenta gerencial fundamental com vistas a conferir os encargos decorrentes dos impactos ambientais deflagrados pelas atuais atividades econômicas.

Portanto, pode-se argumentar que é de suma importância que haja interesse dos contabilistas pelas questões ambientais, uma vez que somente por meio da elaboração de demonstrativos torna-se possível gerar um ambiente favorável à compreensão da mensuração das atividades econômicas, financeiras, operacionais e ambientais, retratando de fato o quanto interferem na vida das entidades empresariais e da sociedade. Além disso, as demonstrações poderão auxiliar a classe empresarial a programar um Sistema de Gestão Ambiental mais adequado e eficiente à característica individual de suas entidades, podendo, ainda, proporcionar uma conscientização ecológica para o empresariado.

Observa-se assim, que os contadores possuem um papel-chave para a conservação dos recursos naturais, ao demonstrar à empresa a importância que possui o constate equilíbrio entre o sistema produtivo e a exploração dos recursos naturais.

Diante do contexto, a contabilidade surge como fonte de informações úteis para tomadas de decisão em relação a eventos incorridos que podem levar ao desenvolvimento sustentável. Segundo Marion apud (KRAEMER, 2004, p.23):

Um profissional da área contábil é um agente de mudanças e como tal este profissional deve mostrar suas diversas habilidades. O contador é “o anjo da guarda” de uma empresa, tornando-se seu profundo conhecedor, podendo desta forma atuar em sua continuidade e crescimento.

Vellani e Ribeiro (2008) afirmam que como fonte de informações úteis para tomadas de decisões em relação aos eventos incorridos nas atividades dos *bottom lines* da sustentabilidade, as empresas podem utilizar a Contabilidade.

O contador precisa se inserir mais, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem. É o detentor de informações ricas, privilegiadas, capazes de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisão (SÁ, 2000).

Segundo Kraemer (2004):

Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais, elaborarem um modelo adequado para esta

entidade, incentivar às empresas a programarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Dessa forma, entende-se que a convergência entre o sucesso econômico de uma empresa, seus preceitos éticos e boas práticas sociais representadas pela responsabilidade social e a preocupação da empresa com o meio ambiente direciona a empresa a sustentabilidade.

Assim, sob o enfoque da sustentabilidade, consciente de sua responsabilidade, ao profissional da Contabilidade cabe à responsabilidade social e ética na maximização da utilidade da informação contábil em todas as suas dimensões (econômica, social e ambiental) para os mais variados públicos.

2.2 Contabilidade ambiental

A contabilidade é o principal instrumento para a divulgação e registros das informações sejam de natureza econômica, administrativa, contábil e até socioambientais, auxiliando aos mais diversos usuários na obtenção de informações.

Para Paiva (2009, p.17):

A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como atividade de identificação de dados e registro dos eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

Há uma grande necessidade de que os demonstrativos contábeis se apresentem de uma maneira que satisfaça às imposições previstas pela sociedade em relação às questões referentes ao meio ambiente, não só apresentando investimentos ambientais, como todos os custos e benefícios advindos destes demonstrativos (LEONARDO, 2001).

Sendo assim, é importante destacar o potencial que a Contabilidade possui, como uma ciência da informação, para gerar subsídios que atendam aos usuários internos e externos que estão relacionados com a temática ambiental.

Não é cabível, e até mesmo impensável no atual contexto comercial, ignorar a relação da Contabilidade com o meio ambiente. A Contabilidade Ambiental segue as mesmas bases,

objetivos, fundamentos, e princípios da Contabilidade geral, devendo registrar e controlar as atividades referentes à gestão ambiental, evidenciando dados para tomada de decisões acertadas em relação à conservação e ao futuro dos recursos naturais, fatores importantes para a sustentabilidade do empreendimento.

Assim, Antunes (2000, p.06) diz que:

A Contabilidade Ambiental proposta tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade, desenvolvida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou a extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com os dispostos nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Segundo Ribeiro (2010, p. 45):

A Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente conhecida. Tendo como objetivos: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, proteção e recuperação ambiental ocorridos, em um determinado período. Com isso percebe-se que os contadores podem dispor da Contabilidade Ambiental para buscar soluções a atender essas novas necessidades dos seus usuários.

A maioria dos investidores utiliza as informações contidas nos relatórios ambientais para tomar suas decisões, mas para isso é preciso que estas informações sejam fidedignas e claras. Paiva (2009), afirma que o processo de inserção no ambiente mundial torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais, sendo a evidenciação a forma de torná-los públicos.

Para Paiva (2009), o grupo de usuários da informação contábil apresenta diferenciações quanto à utilização dessas informações geradas. Os informes devem então ser apresentados de tal maneira que cada interessado possa utilizá-los de acordo com suas necessidades, conhecimento prévio ou expectativas.

Essas informações vão auxiliar no processo decisório de cada usuário, que vêm exigindo não só informações econômicas e financeiras, mas também informações de caráter socioambiental. Usuários esses que são bem diferentes em suas finalidades têm os fornecedores e clientes, os financiadores, os empregados, a comunidade, as autoridades e as organizações ambientais.

A atual abordagem ambiental constitui-se em uma variável indispensável na gestão empresarial, pois não há mais como entender crescimento econômico sem conservação ambiental, mesmo que hoje ainda haja uma relutância nessa associação, mas deve ser lembrado um simples fato para observar a existência de tal relação, pois o crescimento econômico só poderá ser obtido com geração de riqueza.

2.2.1 Ativos, passivos e patrimônio ambiental

Na contabilidade ambiental os elementos patrimoniais são classificados como ativos ambientais, passivos ambientais e patrimônio ambiental.

Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um Ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros Ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através da conservação do meio ambiente (TINOCO e KRAEMER, 2008).

Para Ribeiro (2010, p.61):

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

Carvalho (2007) concorda com essa definição ao dizer que, ativos ambientais são considerados todos os bens e direitos da entidade, relacionada com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Tinoco e Kraemer (2008) classificam os ativos ambientais como sendo os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos, os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente e os gastos com pesquisa que visam o desenvolvimento de tecnologias

modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Assim pode entender que ativos ambientais são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo e que tenha capacidade de gerar benefícios futuros.

Ribeiro (2010), afirma que o termo passivo ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Inserida na problemática ambiental, a contabilidade deve informar de forma segregada, o montante dos gastos a serem realizados para o cumprimento das obrigações futuras, ou seja, evidenciar seus passivos decorrentes de obrigações presentes e resultantes de eventos passados.

De acordo com Santos *et. al.*, 2006, p.08:

Passivo ambiental são todas as obrigações decorrentes de um evento ou transação que reflitam a integração da empresa com o meio ecológico, percebendo que a intenção de realização de gastos futuros para prevenção não gera quaisquer obrigações.

Passivo ambiental representa obrigações da entidade, decorrentes de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente de ativos bem como a prestação de serviços (CARVALHO, 2007).

Segundo Martins e De Luca (1994), os passivos ambientais referem-se a benefícios econômicos, que serão sacrificados em função de obrigações contraídas perante terceiros, para preservação e proteção ao meio ambiente. Têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na exigência de riscos de esses gastos vierem a se efetivar.

Assim, passivo ambiental corresponde às obrigações relacionadas a uma agressão passada ou futura da empresa ao meio ambiente e aos gastos relacionados à reparação de tais danos ambientais.

O patrimônio ambiental é formado pelos bens, direitos e obrigações ambientais, ou seja, ativos e passivos ambientais.

De acordo com Ribeiro e Gratão (2000 *apud* ALBUQUERQUE et. al., 2007), não há que se pensar na identificação física do patrimônio ambiental, porque, já que os recursos próprios são formados ao longo da existência da companhia e são utilizadas indistintamente nas mais variadas necessidade apresentadas pelo processo operacional da empresa, não cabe, portanto, a identificação do capital ambiental ou das reservas de lucros ambientais, exceto os relacionados às contingências ambientais.

Assim, faz-se necessário evidenciar as obrigações (dívidas) referentes aos bens e direitos, já que patrimônio significa a soma dos bens e direitos menos as obrigações á serem pagas.

2.2.2 Receitas, despesas e custos ambientais

Para a realização do processo de gestão ambiental é essencial o acompanhamento de receitas e despesas, custos, ganhos e perdas, haja vista que estes afetam o resultado patrimonial ambiental. A efetivação do controle e posterior a evidenciação das informações inerentes ao meio ambiente de forma segregada exigem a identificação e mensuração desses elementos quando da ocorrência de eventos ou transações econômicas, financeiras, sociais e ambientais (BRAGA et. al. 2007).

De acordo com o IASB (*apud* IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p.173) a receita pode ser definida como o acréscimo de benefícios durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), as receitas ambientais decorrem da prestação de serviços especializados em gestão ambiental, bem como da venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo, venda de produtos reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de matérias-primas, redução do consumo de água, redução do consumo de energia elétrica, participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente.

Para Ribeiro (2010, p. 50), consideram-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área

administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e essas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente.

As despesas ambientais se dividem em: despesas ambientais operacionais que são evidenciadas na demonstração do resultado do Exercício e despesas não operacionais que são as multas, sanções e compensações de terceiros. Assim, consideramos despesas ambientais o consumo, ou uso de recursos necessários ao processo de obter receitas relacionadas ao meio ambiente.

Ribeiro (2010, p.52) afirma que os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, diretamente ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente.

Para Santos (2006), os custos ambientais representam os gastos ou consumo de ativos referentes à proteção do meio ambiente e que são classificados em função da sua vida útil, ou seja, baseados em características referentes à amortização, exaustão e depreciação, bem como da aquisição de insumos que auxiliam no controle da emissão de efluentes, resíduos de produtos, tratamento e recuperação de áreas contaminadas.

Ribeiro (2010, p.52) traz como exemplos de custos ambientais, todas as formas de amortização dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem a companhia, aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes, tratamento de resíduos dos produtos, disposição dos resíduos poluentes, recuperação ou restauração de áreas contaminadas, mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Assim, podemos dizer que os gastos ambientais, são aqueles que de alguma forma tenha relação com o meio ambiente, impactando no presente ou no futuro. Esses custos indicam os gastos relativos à proteção e preservação ambiental. Eles podem estar ocultos no processo produtivo, ou inclusos diretamente, como os gastos com insumos para eliminar/reduzir pequenos focos ambientais prejudiciais ao ambiente.

2.3 Evidenciação

Segundo Paiva (2009), cabe à contabilidade o papel de reportar atividades da empresa por meio dos demonstrativos publicados, inclusive os principais fatos não evidenciados nos

demonstrativos tradicionais.

Para que a sociedade consiga visualizar com maior clareza e transparência os impactos ambientais causados pelas empresas, faz-se necessário a evidenciação de informações ambientais. A maioria dos investidores utiliza as informações contidas nos relatórios ambientais para tomar suas decisões, mas para isto é preciso que estas informações sejam fidedignas e claras. Paiva (2009) afirma que o processo de inserção no ambiente mundial torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais, sendo a evidenciação, a forma de torná-los públicos.

Todos os gastos e as provisões efetuadas com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações relacionadas diretamente com a natureza que possam vir a prejudicar os interesses dos acionistas minoritários ou representem riscos para a continuidade da empresa e da sociedade. Esses gastos poder ser classificados como voluntários e involuntários.

Em contabilidade, o termo *disclosure* é aplicado como sinônimo de evidenciação, abertura, divulgação de informações qualitativas e quantitativas. Segundo Ludícibus (2000, p.121), o *disclosure* é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

O *disclosure* representa um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados, os *stakeholders*. Por isso, ele possui papel essencial na redução da assimetria de informação entre os gestores e aqueles que possuem interesses na empresa. Assim podendo ser considerado como modelo de transparência, Lodi (2000, p.19) define quanto missão do Conselho de Administração de uma empresa, a utilização do termo transparência como sinônimo de *disclosure*.

O caráter global de grande parte das empresas sugere que as mesmas devam deixar transparecer um grau de preocupação e de amadurecimento elevados, demonstrando a existência de uma consciência ambiental desenvolvida. O processo de inserção no ambiente mundial torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais, sendo a evidenciação, a forma de torná-los públicos.

Para Ribeiro (1992, p.128), a evidenciação dos desempenhos relacionados ao meio ambiente é de relevante importância para atender as necessidades atuais, ou seja, a

informação como instrumento de combate á crescente evolução dos níveis de poluição e seus efeitos nocivos.

A partir do momento em que haja a percepção do fato gerador, as atitudes da empresa devem-se materializar no sentido de interação com o meio ambiente, ou seja, ações devem ser postas em prática proporcionando a defesa, conservação e recuperação do mesmo. Essa postura antecipadora e de caráter preventivo passa a ser delineada, e toda e qualquer ação por parte da empresa deve ser revelada aos clientes atuais e a potenciais, assim como aos fornecedores e outros usuários das informações.

Ribeiro e Carvalho (2000) defendem que a contabilidade necessita evidenciar de forma eficaz e eficiente sobre a contribuição das empresas ao desenvolvimento sustentável. A evidenciação dos efeitos ambientais pode vir apresentada por meio, por exemplo, das seguintes contas: Ativo ambiental, Passivo ambiental, Receitas ambientais, Custos e Despesas ambientais. O objetivo da evidenciação é divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e as outras formas de evidenciações não devem ser enganosos (TINOCO: KRAEMER, 2006).

Como forma de evidenciação de fatos relacionados com a Contabilidade ambiental, Martins e Ribeiro (1995, p.1-7) revelam a existência de duas correntes de pensamento, sendo que a primeira propõe a implantação de um novo relatório apenso às demonstrações contábeis, tratando somente das questões ambientais; e a outra sugere a inclusão destes dados nas atuais demonstrações mantendo o padrão já utilizado, mas apresentando contas e notas explicativas específicas. Eles entendem que no curto prazo a segunda opção seria a mais viável, dado que “se trata de aspectos inseridos no contexto operacional das empresas e inclusive, para atender a necessidade imediata de a Contabilidade estar melhor informando seus usuários sobre o real valor patrimonial das empresas, sem maior perda de tempo em um processo de elaboração e implantação de um novo relatório”.

Em outra publicação, Ribeiro e Martins (1995) afirmam:

O conjunto das demonstrações contábeis pode ser o canal adequado para tais evidenciações, principalmente porque neste estão contidas todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado período.

Entende-se que a Contabilidade tem como objetivo evidenciar todos os atos e fatos decorrentes em determinado período. Assim, para atender ao anseio informativo dos

usuários, ela explana, por meio de seus demonstrativos, como a entidade reduz os riscos ambientais; como ela conduz os impactos ambientais ocorridos e sua desenvoltura para atingir as metas indicadas pelo sistema de gestão ambiental.

2.3.1 Demonstrações financeiras padronizadas

São instrumentos que possibilitam a comunicação com os acionistas e a sociedade, por meio da apresentação de aspectos econômicos, financeiros e ambientais. São elas as Demonstrações Contábeis (DC) o Relatório da Administração (RA), as Notas Explicativas (NE) e o Parecer dos Auditores Independentes (PAI).

Segundo Ludícibus *et. al.* (2010) as demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais, econômicos e financeiros das transações, agrupando-os em classes de acordo com as suas características.

De acordo com Rover, Murcia e Borba (2008) as DFP's baseiam-se em duas premissas: relevância e comparabilidade. A primeira resulta da importância das demonstrações financeiras no processo de comunicação entre a empresa e seus *stakeholders* e, também, na formação de contatos. Já a comparabilidade decorre do fato de que todas as empresas de capital aberto são obrigadas a enviar as DFS's a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto apenas algumas empresas divulgam relatórios específicos.

Assim, nota-se que a divulgação das demonstrações financeiras padronizadas tem o objetivo de prover informações econômicas e financeiras que sejam relevantes para a tomada de decisão dos usuários externos, além de possibilitar a comparabilidade dessas informações.

2.3.1.1 Demonstrações contábeis

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisão e na avaliação por parte dos usuários em geral, sem a finalidade específica de atender as necessidades de determinados grupos de usuários.

Na contabilidade ambiental, as demonstrações contábeis são adaptadas ao meio ambiente, por exemplo, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial, têm o foco voltado às contas ambientais em decorrência dos danos e impactos causados pelas empresas ao meio ambiente.

No balanço patrimonial, as interações da empresa com o meio ambiente poderiam ser analisadas em relação ao conjunto patrimonial. O montante das aplicações dos recursos poderia ser confrontado com o total de ativos e passivos e patrimônio líquido, e toda a sua distribuição poderiam ser avaliadas. A observação do passivo ambiental poderia ser feita em relação ao total das dívidas, do capital próprio e até com elementos externos ao balanço patrimonial, como a extensão de áreas a serem tratadas. No patrimônio líquido, lucros ou prejuízos acumulados absorveriam a contrapartida de todos os eventos e transações registradas na companhia de forma global e acumuladas, portanto, perdendo sentido a sua segregação (RIBEIRO, 2010).

Ribeiro (2010), ainda diz que na demonstração do exercício em seu formato tradicional, pode ser informado o desempenho da empresa em termos ambientais, ficando evidentes os impactos ambientais no desempenho da empresa em cada período, sua relação com o resultado líquido, com o montante de vendas, com os ativos e os passivos, entre outras correlações possíveis.

Percebe-se que as informações sobre o desempenho ambiental das empresas podem ser evidenciadas no corpo das demonstrações contábeis tradicionais, atendendo assim, as necessidades dos usuários das informações relativas aos impactos e preservação ambiental.

2.3.1.2 Relatórios da administração

De acordo com a Lei 6.404/76, o relatório da administração deve ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras do encerramento do exercício social precisando conter informações sobre:

- Aquisição de debêntures de sua própria emissão;
- Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas;

- Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício;
- Relação dos investimentos em sociedade coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício.

De acordo com Choi e Muller *apud* (PAIVA, 2009), apesar de os relatórios da administração não apresentarem muitas informações relacionadas ao meio ambiente, existem recomendações no sentido de que sejam incluídas nas descrições dos negócios da empresa.

O relatório da administração, é uma peça integrante das demonstrações financeiras, complementa as peças contábeis e notas explicativas observadas à devida coerência com a situação nelas espelhada, formando um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que se encontravam a ela confiados. Deve ser redigido com simplicidade de linguagem para ser acessível ao maior número possível de leitores, devendo ser evitados adjetivos e frases tais como “excelente resultado”, “ótimo desempenho”, “baixo endividamento”, “excelentes perspectivas”, a menos que corroborados por dados comparativos ou fatos.

É requerido da empresa evidenciar estimativas relevantes de gastos de capital para instalações de controle ambiental para o atual exercício, para o exercício seguinte e para os futuros quando a empresa julgar relevante. Assim entende-se a necessidade da divulgação das provisões ambientais.

Segundo Tinoco *apud* (PAIVA, 2009) a ONU recomenda a divulgação das seguintes informações no relatório da administração: as classes de questões ambientais que se aplicam à empresa e seu ramo de atividades; as medidas e programas formalmente estabelecidos pela empresa em relação com as medidas de proteção do meio ambiente; as melhorias introduzidas em grau de importância desde que se adotaram as medidas nos últimos anos; as metas em matéria de emissão de poluentes que a empresa tem-se fixado e o resultado alcançado; o resultado da empresa nas medidas de proteção do meio ambiente por imposição legal; os efeitos financeiros e operacionais das medidas de proteção ao meio ambiente sobre gastos de capital no atual exercício e a previsão em exercícios futuros.

A Lei nº 6.385/76 art. 22, dá competência à CMV para estabelecer normas sobre o relatório da administração. Ela publicou o Parecer de Orientação 15/87, em que sugere uma nota no Relatório da Administração quanto aos investimentos efetuados a favor do meio ambiente.

Segundo Paiva (2009):

O relatório da administração, como componente das demonstrações financeiras, pode e deve expressar a posição da direção da empresa no que diz respeito à políticas postas e prática ou que porventura venham a ser adotadas, ressaltando os pontos positivos, mas não omitindo os pontos negativos decorrentes de políticas ambientais incorretas, assim como as provisões correspondentes, além de ser auditado.

Ribeiro (1992) propõe que ele deve informar quais são as diretrizes ambientais da empresa, entre as quais: comprometimento da empresa com as questões ambientais, impacto de suas operações sobre o meio ambiente, estágio de adaptação de seu processo operacional a condições ambientalmente saudáveis e as medidas adotadas para reduzir os efeitos.

Assim, pode-se dizer que o relatório da administração representa o instrumento utilizado pelos gestores para informar aos usuários externos e acionistas o desempenho das suas estratégias, com relação aos aspectos sociais e ambientais aos fatos administrativos ocorridos no exercício e as projeções futuras da entidade, ressaltando os aspectos positivos e negativos das suas políticas adotadas.

2.3.1.3 Notas Explicativas

A Comissão de Valores Mobiliários, principal órgão de fiscalização existente no Brasil no que tange às empresas de capital aberto, obriga essas empresas a publicarem os demonstrativos financeiros acompanhados das notas explicativas. Segundo Ludícibus *et al. apud* (PAIVA, 2009):

Informações complementares às demonstrações financeiras, representando parte integrante das mesmas, esclarecendo que podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações contábeis que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento das demonstrações financeiras.

A publicação de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/1997 (Lei das S/A), adiante transcrito:

As demonstrações serão complementares por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados dos exercícios.

De acordo com Antunes (2002), as notas explicativas são informações sobre as demonstrações contábeis para as pessoas interessadas, tais como, clientes internos e externos e para toda a comunidade. Assim, elas visam fornecer as informações necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), no §5º do art. 176, prevê nove casos que os fatos deverão ser expressos em notas explicativas, dentre as quais serão considerados os de maior pertinência: os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

A Lei das S/A estabeleceu os casos que deverão ser mencionados em Notas Explicativas, no entanto, essa menção representa o conceito básico a ser seguido pelas empresas, podendo haver situações em que sejam necessárias Notas Explicativas adicionais, além das já previstas pela Lei das S/A.

Dessa forma, as notas explicativas são informações complementares as demonstrações contábeis, que são necessárias para que se estabeleça uma situação patrimonial da entidade e dos valores relativos aos resultados do exercício aos seus usuários.

2.3.2 Relatórios complementares

De acordo com Paiva (2009) e Nossa (2002), as informações ambientais podem ser evidenciadas em relatórios complementares de maneira voluntária, e geralmente apresentam apenas os aspectos positivos da empresa, fazendo com que sua imagem seja reforçada perante os consumidores e usuários externos.

2.3.2.1 Eco Balanço

O Eco Balanço tem como objetivo dar informações sobre os efeitos ambientais da empresa. Ele considera os mesmos movimentos de matéria e energia que a contabilidade, mas sob diferentes aspectos: O que e em que quantidades entram na empresa? O que e de que

forma sai da empresa? Seu fundamento de entrada e saída.

Segundo Paiva (2009), o Eco Balanço retrata as entradas e saídas de matérias, produtos e energia, restringindo-se às quantificações físicas. Cada elemento é representado por uma unidade de medida, sem denominador comum monetário. O Eco Balanço é, além disso, um meio metódico de auxílio para corresponder às exigências da norma internacional ISSO 14000 de reunir todos os fatos significativos. Mas é acima de tudo um instrumento de controle interno para detectar pontos fracos e potenciais de economia na empresa.

Paiva (2009) diz que, ele assemelha-se ao balanço contábil, que é o de levantamento de informações no final de determinados períodos. As finalidades de ambos, porém, não são as mesmas, pois o Eco Balanço destina-se a comparar a poluição gerada pela empresa durante determinado exercício fiscal.

Ele evidencia assim, que a escolha da matéria-prima, da matéria auxiliar e da matéria operacional, seja um fator essencial para reduzir a quantidade de resíduos. Além disso, ela deixa claro que a escolha dos equipamentos e máquinas adquiridas de acordo com critérios ecológicos, determina, diante mão e de modo decisivo as quantidades de saída.

Através desta maneira abrangente e completa de consideração torna-se mais fácil para a empresa escolher aquelas áreas que possam, em uma etapa seguinte, ser analisada em detalhes em relação aos pontos fracos e ao potencial de melhoria.

2.3.2.2 Balanço Social

Carneiro (1994), em estudo sobre o balanço social, afirma que ele surgiu para atender às necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. É um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa também no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, construído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBECKE, 2000, p. 31).

Seu objetivo segundo Tinoco (2001) é:

Ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade.

O Balanço social pode e deve ser visto também como um instrumento de gestão. O grande desafio é pensar no Balanço Social como instrumento de gerenciamento da qualidade da relação que a empresa mantém com públicos que são chaves para o sucesso e desenvolvimento desta.

No entanto, em um contexto geral, os balanços sociais apresentados atualmente mostram-se incompletos, possuem baixa padronização e transparência e ainda denotam grande influência de *marketing* (SIQUEIRA, 2003. p. 1). Isso faz com que o referido demonstrativo perca a validade em relação à sua finalidade, que é apresentar informações qualitativas e quantitativas que permitam ao usuário avaliar o perfil social da empresa.

É importante que o Balanço Social seja publicado e crie um reflexo na sociedade. Para tanto, uma legislação adequada poderá vir a ser importante. Mas não se trata de medir apenas ações filantrópicas e de doação é preciso que reflita as condições de participação e de convívio social criado pela empresa.

Ele é um precioso instrumento de auto avaliação da empresa, em termos de verificar o grau de adequação da estratégia da empresa aos novos paradigmas de comportamento empresarial na sociedade. Trata-se de levar em conta o social, não como um ato de bondade filantrópica, mas como uma estratégia de sobrevivência.

O Instituto Brasileiro de análise Social e Econômica (Ibase), em seu modelo de Balanço Social, sugere às empresas que divulguem seus gastos relativos ao meio ambiente, classificando-os como investimentos. No Balanço Social, os gastos ambientais são colocados de forma resumida, podendo ser melhor explorados ou ainda complementados.

Pode-se dizer que Balanço Social é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem direta e indiretamente. Com finalidade de conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos acionistas das empresas, mas também aos funcionários, investidores, consumidores e a comunidade.

2.3.2.3 Relatório de Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade é a prática de medir e divulgar as informações dos impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização (empresa, ONG ou uma instituição governamental) através de um relatório. Ele focaliza esses processos pelos quais a organização mede, comunica e desenvolve valores, processos, objetivos e metas.

Assim como os demonstrativos contábeis seguem princípios e convenções para sua elaboração, os relatórios de sustentabilidade devem também ser elaborados sob a luz de princípios como: transparência, inclusão, verificabilidade, abrangência, relevância, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e periodicidade (GRI, 2006, p. 21 e ETHOS, 2006, p. 7-8).

O relatório é uma ferramenta para a promoção desses objetivos, à medida que se torna uma referência como indicador da gestão empresarial com enfoque social e ambiental. Devem ser transparentes e compreensíveis facilitando a comparação com os relatórios de outras entidades, garantindo sua credibilidade. Para poder proporcionar as *stakeholders* informações confiáveis e relevantes que direcionem sua tomada de decisão. Esse processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado.

Numa tentativa de serem gerados relatórios de sustentabilidade mais completos, padronizados e mais confiáveis, a *Global Reporting Initiative* - GRI, percebendo a fragilidade dos relatórios dessa natureza lançou um guia de elaboração de relatórios de sustentabilidade denominada "Diretriz GRI" (GRI, 2006).

Existem vários modelos disponíveis, atualmente o modelo com maior credibilidade no cenário internacional é o da GRI.

2.4 GRI (*Global Reporting Initiative*)

A Global Reporting Initiative (GRI) foi fundada em 1997 em Boston. É uma organização sem fins lucrativos que fornece orientações através de relatórios de sustentabilidade, trabalhando

assim para uma economia sustentável. Sua missão é satisfazer a necessidade de padronização, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006, p. 2).

A GRI foi criada pela CERES – *Coalition for Environmentally Responsible* – em conjunto com a UNEP - *United Nation's Environment Programme* (RAAR, 2002, p. 170), com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade (GRI, 2006, p. 1).

Ela foi pioneira e desenvolveu uma abrangente estrutura de sustentabilidade que é amplamente utilizada em todo mundo, permitindo que todas as organizações possam medir e relatar seu desempenho econômico, desempenho ambiental, social e governança.

GRI é um *multi-stakeholder*, organização baseada em rede. Sua secretaria que está sediada em Amsterdã, na Holanda, atua como um hub, coordenando a atividade de diversos parceiros da GRI rede. GRI tem Pontos Focais – escritórios regionais – na Austrália, Brasil, China, Índia e nos EUA. Sua rede global inclui mais de 600 *Stakeholders* Organizacionais – partidários do núcleo – e cerca de 30.000 pessoas que representam diferentes setores e grupos. Esta transparência e responsabilidade constrói a confiança dos *stakeholders* nas organizações, e pode levar a muitos outros benefícios. Milhares de organizações, de todos os tamanhos e setores, usam a estrutura GRI, a fim de compreender e comunicar seu desempenho de sustentabilidade. Em março de 1999, surgiu um esboço das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”. Essa primeira versão ainda foi aperfeiçoada após as sugestões das partes interessadas (RAAR, 2002, p.170).

A segunda geração de Diretrizes, conhecido como G2, foi inaugurada em 2002 na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo (MASSIE, 2001, p. 60). GRI foi referenciada no Plano da Cúpula Mundial de Implantação. O Programa das Nações Unidas (UNEP) abraçou GRI e convidou os Estados-membros das Nações Unidas para hospedá-lo e a Holanda foi escolhida como país de acolhimento.

Em 2002, GRI foi formalmente inaugurado como uma organização de colaboração do PNUA, na presença do então Secretário Geral da ONU Kofi Annan, e se mudou para Amsterdam como uma organização independente sem fins lucrativos.

Em outubro de 2006, foi lançada a terceira geração das diretrizes (GRI, 2006a). Todo esse esforço é realizado para que a GRI possa concretizar a missão de “desenvolver e divulgar as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, de aplicabilidade global” (GRI, 2006, p.2), e estabelecer princípios amplamente adotados para que se possa promover uma

harmonização internacional deste tipo de relatório (WOODS, 2003, p. 60).

Os indicadores ambientais propostos pela terceira geração das diretrizes GRI admitem informações qualitativas e quantitativas. São ao todo trinta indicadores, que abrangem os seguintes aspectos (GLOBAL REPORTING, 2009):

- Materiais;
- Energia;
- Água;
- Biodiversidade;
- Emissões, efluentes e resíduos;
- Produtos e serviços;
- Cumprimento legal/ambiental (conformidade);
- Transporte;
- Geral.

O detalhamento em subitens, segundo Ribeiro (2005, p.125) permite refletir a postura de responsabilidade social da empresa, demonstrando relação entre os indicadores de responsabilidade social. Para Kraemer e Tinoco (2009, p.301) a GRI é um marco para a divulgação de informação para as empresas quanto a suas atuações para melhorar a sustentabilidade e aos resultados dessas atuações.

A presença do GRI regional foi estabelecida com pontos focais, inicialmente no Brasil e na Austrália e depois na China, Índia e EUA. O alcance da GRI foi reforçado pela sua Conferência Bianual em Amsterdam sobre Sustentabilidade e Transparência, com início em 2006, a terceira conferência em maio de 2010, atraiu mais de 1.200 delegados de 77 países. Em março de 2011, a GRI publicou as Diretrizes G3, uma atualização e conclusão do G3, com orientação de gênero, expandiu comunicação, comunidade e desempenho em matéria de direitos humanos.

2.4.1 GRI e os relatórios de sustentabilidade

O modelo proposto pela GRI apresenta importantes contribuições, oferecendo uma informação abrangente, não orientada para o gerenciamento da imagem corporativa, e, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece as bases para uma maior comparabilidade das informações.

O resultado de todo trabalho conduzido pela GRI se configura nas suas Diretrizes. Estas são como um guia na elaboração de relatórios sobre o desempenho das empresas no âmbito econômico, social e ambiental (chamado de *Triple Bottom Line* – resultado triplo), sendo estes os alicerces da sustentabilidade (VALEVA, 2003, p. 112).

Para que um relatório seja considerado “de acordo com” as Diretrizes, ele precisa atender aos seguintes requisitos: 1) prestar todas as informações requeridas nas seções 1 a 5 da Parte C (respectivamente: Visão e Estratégia, Perfil, Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão, Sumário de Conteúdo da GRI e Indicadores de Desempenho Econômico, Ambiental e Social); 2) seguir os princípios estabelecidos na Parte B das Diretrizes; e 3) apresentar a declaração padrão definida pela GRI, assinada pelo Conselho ou pelo Diretor-presidente, onde estes afirmam que o relatório foi elaborado “de acordo com” as Diretrizes e que apresentou um balanço equilibrado e correto do desempenho econômico, ambiental e social da organização. Ainda deve ser frisado que, se a empresa optar por elaborar um relatório “de acordo com”, deve justificar a não divulgação de qualquer indicador considerado pela GRI (GRI, 2006, p.14).

O modelo da GRI é composto de duas partes. A primeira reúne os elementos do relatório, como a apresentação do perfil da empresa, o escopo, limites do relatório, onde estão os princípios da definição do conteúdo. A segunda parte é composta de indicadores. Eles são separados por temas econômicos, ambientais, relações trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade sobre produtos. Para fazer o relatório são necessárias as duas partes. Na segunda não há obrigatoriamente de que todos os 115 itens sejam respondidos. Há no mínimo 49 a 79 itens do grupo das questões consideradas essenciais, e entre 30 a 45 itens adicionais.

O aspecto econômico para Ribeiro (2010) inclui os gastos e benefícios, a produtividade do trabalho, a criação de emprego, as despesas com serviços externos, em investigação e desenvolvimento e os investimentos em educação e outras formas de capital humano. O ambiental abrange, por exemplo, o impacto dos processos, produtos e serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana. E o social envolve a saúde e segurança ocupacionais, a estabilidade do empregado, os direitos laborais, os direitos humanos e os salários, bem

como as condições de trabalho nas operações externas.

A GRI recomenda um conjunto de premissas para elaboração dos relatórios de sustentabilidade as quais são: os princípios fundamentais, as características qualitativas, a classificação dos elementos de comunicação de desempenho, os valores absolutos e indicadores de relação e a declaração de políticas de comunicação.

Segundo Ribeiro (2010), o conteúdo do relatório de sustentabilidade compõe-se das seguintes diretrizes principais:

-Declaração do presidente: deve-se recomendar uma descrição ou comentário dos elementos-chave do relatório, tais como: compromisso com os objetivos, reconhecimento de sucesso e fracassos, desempenhos comparados com valores de referência e com anos anteriores, desafios da organização etc.;

- Perfil da organização relatora: deve-se oferecer um panorama geral da entidade relatora, bem como do escopo do relatório, de forma a fornecer aos leitores um contexto de compreensão e avaliação das informações oferecidas na demonstração. Podem ser incluídos: nome e endereço da empresa, principais produtos e marcas, natureza jurídica, tipo de mercado em que atua dimensão das atividades da empresa, vendas por região ou grupo de produtos, análise dos custos por país/região, extensão de cobertura do relatório, período que se refere alterações significativas de tamanho/estrutura/produtos/propriedade, informações de como ter acesso público aos relatórios;

- Documento síntese e indicadores de referência: deve-se fornecer uma visão sucinta do relatório, permitindo uma visão equilibrada de seu conteúdo;

- Visão estratégica: deve ser exposta a visão de futuro da empresa e oferecida uma discussão de como são integrados os desempenhos econômico, social e ambiental;

- Políticas, organização e sistemas de gestão: deve-se oferecer uma visão geral da estrutura de governança e dos sistemas de gestão com o envolvimento das partes interessadas;

- Desempenho: deve-se incluir uma visão geral dos indicadores utilizados no relatório. Essa parte que traz os indicadores de desempenho é o trecho do relatório onde ocorre a comunicação dos resultados obtidos em cada categoria de sustentabilidade, ou seja, é o reporte dos indicadores econômicos, ambientais e sociais. Nos indicadores sociais estão inclusos as práticas trabalhistas e trabalho descente, os direitos humano e a responsabilidade pelo produto.

Para assegurar a qualidade do relatório com base no modelo proposto pela GRI, foram desenvolvidos alguns princípios para nortear a elaboração do documento. O guia das diretrizes para relatório de sustentabilidade, onde apresenta a definição para cada princípio. Conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Princípios Para assegurar a Qualidade do Relatório

PRINCÍPIOS PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DO RELATÓRIO	
Equilíbrio	O relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.
Comparabilidade	As questões e informações deverão ser selecionadas compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.
Exatidão	As informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização relatora.
Periodicidade	O relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentais.
Clareza	As informações deverão estar disponíveis de uma forma compreensível aos <i>stakeholders</i> que fizerem uso do relatório.
Confiabilidade	As informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e a materialidade das informações.

Fonte: GRI (2006)

Essas informações fornecem ao usuário uma visão geral do que tem sido relatado e aumenta a facilidade de usar o relatório.

2.4.2 Indicadores de desempenho da GRI

Os indicadores de desempenho da GRI foram detalhados em vários subitens. Trata-se, portanto, de um conjunto de indicadores que visa a refletir a postura de responsabilidade social da empresa. No começo, a ênfase era a questão ambiental, contudo ampliou-se o foco, tendo em vista o reconhecimento da importância das relações sociais como um todo, incluindo indicadores econômicos, ambientais e sociais. Vejamos no Quadro 3 os Indicadores Econômicos.

Quadro 3 – Indicadores Econômicos

INDICADORES ECONÔMICOS	
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos, remuneração de funcionários, doações e outros investimentos na comunidade, manteve lucros e pagamentos provedores de capital e governos.
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido à mudança climática.
EC3	Cobertura de benefício definido da organização e obrigações do plano.
EC4	Assistência financeira significativa recebida do governo.
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo por sexo em relação ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos de fornecedores locais em significativa locais de operação.
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de gerência, recrutamento a partir do local na comunidade, em unidades operacionais importantes
EC8	Desenvolvimento e impacto de infraestrutura, investimentos e serviços oferecidos, principalmente para benefício público através do comércio.
EC9	Identificação e descrição significativa de impactos econômicos indiretos, incluindo a extensão dos impactos.

Fonte: GRI (2011)

O desempenho econômico de uma organização é fundamental para o entendimento da organização e sua base para a sustentabilidade. Demonstrações financeiras proporcionam informações sobre a posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira de uma entidade. Eles também indicam resultados alcançados na gestão do capital financeiro fornecido a organização. A dimensão econômica diz respeito a impactos da organização sobre as condições econômicas de sua parte interessada e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e os níveis globais.

O desempenho e cobertura dos Indicadores Ambientais estão relacionados com as entradas (material, energia, água) e a saída (emissões, efluentes, resíduos). Além disso, eles cobrem o desempenho relacionado à biodiversidade, cumprimento da legislação ambiental e outros dados relevantes de informações, como as despesas ambientais e os impactos de produtos e serviços (GRI, 2011, p. 27). Os Indicadores Ambientais incluem a dimensão ambiental das preocupações de sustentabilidade e os impactos sobre a vida e não vida de sistemas naturais, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. De acordo com o Quadro 4, são eles:

Quadro 4 – Indicadores Ambientais

INDICADORES AMBIENTAIS	
EN1	Materiais usados por peso ou volume.
EN2	Percentagem de materiais de entrada usados que são reciclados.
EN3	Consumo de energia direta por energia de fonte primária
EN4	Consumo de energia indireta por energia de fonte principal.
EN5	Energia economizada devido à conservação e melhorias eficientes.
EN6	Iniciativas para fornecer energia eficiente ou renovável, produtos baseados na redução de energia e serviços.
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta.
EN8	Total de água retirada por fonte.
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada, gerenciada ou adjacente a áreas protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade e áreas protegidas.
EN12	Discriminação de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alta biodiversidade fora de áreas protegidas.
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN conservadas em habitats nas áreas afetadas por operações, por nível de risco de extinção.
EN16	Total de emissões por peso de gás de efeito estufa de maneira direta e indireta.
EN17	Emissões relevantes de maneira indireta de gás de efeito estufa.
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras de ozônio por peso.
EN20	NO, SO e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destino.
EN22	Peso total de resíduos por tipo e método.
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou considerados perigosos nos termos da Convenção Brasileira Anexo I, II, III e VII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de copos d'água significativamente afetados e escoamento de água.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão do impacto de mitigação.
EN27	Percentual de produtos e seus materiais de embalagem que são recuperados, por categoria.
EN28	Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias, pelo não cumprimento com as leis ambientais e regulamentos.
EN29	Impactos ambientais significativos com o transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados para a organização em operações.
EN30	Total dos gastos em proteção ambiental e investimentos por tipo.

Fonte: GRI (2011)

Os aspectos no conjunto dos Indicadores Ambientais são estruturados para refletir as entradas, saídas e modos de impactos de uma organização tem sobre o meio ambiente, energia, água e materiais. Estes resultam insumos em saídas de relevância ambiental, que são capturados sob os aspectos de emissões, efluentes e resíduos.

A biodiversidade também está relacionada com os conceitos de entradas para o ponto em que pode ser visto como um natural de recurso. No entanto, a biodiversidade também é diretamente impactada por resultados como poluentes. Os aspectos de transporte e de produtos e serviços representam áreas de uma organização que pode causar impactos ao meio ambiente.

Os Indicadores Sociais tem as Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, como suas premissas e assentam padrões universais. De acordo com a GRI (2011, p.30), esses padrões são:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho;
- A Declaração de Viena e o Programa de Ação.

Há um crescente consenso global de que as organizações possuam a responsabilidade de respeitar os direitos humanos. Esses indicadores de desempenho exigem que as organizações informem sobre essas práticas sociais.

Entre as questões de direitos humanos são incluídos a não discriminação, a igualdade coletiva, o trabalho infantil forçado ou compulsório e o trabalho indígena.

O objetivo da organização ao relatar esses indicadores relevantes para os aspectos trabalhistas indica sua preocupação em se adequar a padrões universais reconhecidos internacionalmente.

No quadro 5, podem ser observados esses indicadores.

Quadro 5 – Indicadores Sociais: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

INDICADORES SOCIAIS: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região por sexo.
LA2	Número total e taxa de empregado, novas contratações e rotatividade de empregados por faixa etária, sexo e região.
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não sejam fornecidos ao tempo parcial ou temporário. Empregados por locais importantes de operação.
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos coletivos de trabalho.
LA5	Antecedência mínima em relação a mudanças operacionais, incluindo se é especificado em acordos coletivos.
LA6	Percentual de empregados representados em forma de gestão de saúde e programas de segurança.
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e o número total de empregados relacionados com mortes, por região e por gênero.
LA8	Educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dá assistência a empregados, seus familiares ou da comunidade, com relação a doenças graves.
LA9	Temas de saúde e segurança, abrangidos na educação e acordos formais com sindicatos.
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, por gênero e categoria.
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade, empregabilidade dos funcionários e os ajudam na gestão de carreira.
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente, desempenho e desenvolvimento de carreira por sexo.
LA13	Composição dos órgãos de governança e discriminação por empregado, categoria, gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
LA14	Proporção de salário base e remuneração das mulheres aos homens, por categoria funcional e por unidades operacionais importantes.

Fonte: GRI (2011)

A estrutura dos indicadores de trabalho é amplamente baseada sobre o conceito de trabalho decente. O conjunto começa com divulgações sobre o âmbito e a diversidade da informação e da força de trabalho da organização, enfatizando os aspectos de gênero e idade de distribuição.

Existem também alguns Indicadores Sociais relacionados aos Direitos Humanos. Pois as organizações também possuem impactos sobre as comunidades locais em que operam, e assim precisam divulgar riscos que podem surgir a partir de interações com outras instituições sociais.

As informações procuradas com esses indicadores é sobre os riscos associados como a corrupção, o abuso de influência na elaboração de políticas públicas e as práticas de monopólio (GRI, 2011, p. 35). Os Indicadores Sociais relacionados aos Direitos Humanos, estão relacionados no Quadro 6.

Quadro 6 – Indicadores Sociais: Direitos Humanos

INDICADORES SOCIAIS: DIREITOS HUMANOS	
HR1	Percentual e número total significativo de acordos de investimentos e contratos que incluir cláusulas que incorporam direitos humanos
HR2	Percentagem dos principais fornecedores, empreiteiros e outros parceiros de negócios que tem ações tomadas a direitos humanos.
HR3	Total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos que são relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados em treinamento.
HR4	Número total de casos de discriminação e ações corretivas.
HR5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e negociação coletiva são violados ou estão em situação de risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
HR6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco em decorrência de trabalho infantil. E medidas tomadas que contribuam para a abolição efetiva do trabalho infantil.
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório, e as medidas que contribuam para a eliminação de todas as formas desse trabalho.
HR8	Percentual do pessoal de segurança nas políticas da organização ou procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos que são relevantes para as operações.
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.
HR10	Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de direitos humanos, opiniões e/ou avaliações de impactos.
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivados, tratados e resolvidos através de meios formais de reclamação.

Fonte: GRI (2011)

Os Indicadores de Desempenho dos Direitos Humanos obtém informações para divulgar sobre os aspectos e as atividades que uma organização tem sobre as condições humanas, civis, políticas, econômicas, sociais e culturais, que são direitos dos seus *stakeholders*. Os aspectos dentro destes indicadores de desempenho são baseados em padrões internacionais reconhecidos.

Eles se concentram em como a organização mantém e respeita os direitos básicos do ser humano, enquanto os indicadores sobre as Práticas Trabalhistas refletem a qualidade das condições de trabalho e seu ambiente.

Ainda inseridos nos Indicadores Sociais temos os Indicadores de Desempenho da Comunidade, discriminados no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores Sociais: Indicadores de Desempenho da Comunidade

INDICADORES SOCIAIS: INDICADORES DE DESEMPENHO DA COMUNIDADE	
SO1	Percentual de operações implementadas, envolvendo a comunidade local e programas de desenvolvimento.
SO2	Percentual e número total de negócios, unidades de análise de riscos relacionados à corrupção.
SO3	Percentual de empregados treinados nas organizações anticorrupção e políticas de procedimentos.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
SO5	Posições de políticas públicas e participação no desenvolvimento dessas políticas públicas.
SO6	Valor total de recursos financeiros de contribuições a partidos políticos e instituições relacionadas, discriminadas por país.
SO7	Número total de ações judiciais por decorrência de práticas de monopólio e seus resultados.
SO8	Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias por não cumprimento com leis e regulamentos.
SO9	Operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.
SO10	Medidas de prevenção e mitigação em operações com significativo potencial de impactos negativos sobre locais e comunidades.

Fonte: GRI (2011)

Os impactos sociais das organizações também estão ligados a interações com estruturas de mercado e instituições sociais que estabelecem o ambiente social, essas integrações bem como a abordagem da organização para lidar com grupos sociais, como comunidades, representam um componente importante do desempenho da sustentabilidade.

Portanto, esses indicadores concentram-se como essas organizações têm impacto sobre as comunidades em que operam e como a organização interage com as outras instituições sociais.

Por último, inseridos também nos Indicadores Sociais, estão os Indicadores de Desempenho de Responsabilidade dos Produtos. No Quadro 8, podemos observá-los.

Quadro 8 – Indicadores Sociais: Indicadores de Desempenho de Responsabilidade dos Produtos

INDICADORES SOCIAIS: INDICADORES DE DESEMPENHO DE RESPONSABILIDADE DOS PRODUTOS	
PR1	Fases do ciclo em que os impactos de produtos e serviços são avaliados para a melhoria da saúde e segurança.
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários em matéria de saúde e os impactos de segurança de produtos e serviços, por tipo de resultado.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos. E o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses requisitos de informações.
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários. Informações sobre os produtos e serviços e rotulagem, por tipo de resultado.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo os resultados de pesquisas que medem a satisfação do cliente.
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários, relacionados a marketing, comunicação, incluindo publicidade, promoções e patrocínios.
PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários, sobre comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoções e patrocínio, por tipo e resultado.
PR8	Número total de reclamações fundamentadas, violações relativas de privacidade e perdas de dados de clientes.
PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: GRI (2011)

O Indicador de responsabilidade do Produto aborda os efeitos dos produtos e serviços da gestão, de clientes e usuários. São esperados das organizações que elas exerçam o cuidado devido com seus produtos e serviços, para garantir que eles estão aptos para o uso pretendido e não representem riscos à saúde e a segurança.

Além disso, a comunicação relacionada com ambos os produtos e serviços precisam levar em consideração as necessidades de informações aos clientes, bem como seus direitos de privacidade.

A visão da GRI é de uma economia global sustentável, onde as organizações consigam gerenciar seu desenvolvimento econômico, ambiental, social de uma forma transparente e gerenciando os impactos de uma forma responsável. Desta forma as organizações podem comunicar de forma transparente e com prestação de contas de suas demonstrações. Todos os componentes da Estrutura de Relatórios GRI são desenvolvidos usando uma *multi-stakeholder*, abordagem que busca o consenso.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Principais características operacionais e práticas ambientais

A Natura é uma empresa de origem brasileira, fundada em 1969, que atua no setor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Ela oferece 10 categorias de produtos: sabonete, xampu, pós-xampú, desodorante, corpo, rosto, óleos, perfumes, protetor solar, perfumes e maquiagem. Sua base está em Cajamar-SP, desde 2001, tem operações próprias na Argentina, Chile, Colômbia, Peru, México e França. A sua forte atuação na América Latina é completada por meio de distribuidores locais em El Salvador, Bolívia, Guatemala e Honduras. Toda essa operação envolve mais de 7 mil funcionários. A empresa emprega o modelo de venda direta, exceto na França, por meio do qual se relaciona com mais de 1,2 milhão de representantes comerciais, denominados consultores (NATURA, 2013).

Ao longo da década de 1980, a Natura experimentou uma intensa expansão tanto em sua linha de produtos quanto em sua presença no país, tendo crescido 35 vezes em faturamento no período. De 1990 á 1992, a empresa consolida suas crenças e valores, explicitando seu compromisso social.

Entre 1993 e 1997, ela multiplica a receita de vendas em 5,5 vezes, em 2000, alcança receita operacional bruta superior a R\$ 1 bilhão pela primeira vez. Em 2004 abre seu capital, aproximadamente 40% de suas ações estão disponíveis no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&BOVESPA).

Desde 2005, a empresa figura no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores. O uso da biodiversidade é a principal plataforma tecnológica da Natura, e esse objetivo tornou-se mais evidente a partir do ano de 2000, com o lançamento da linha Ekos, por meio da qual a empresa opta pela incorporação de ativos da biodiversidade em seu portfólio de produtos com base em um modelo, em constante aprimoramento, de uso sustentável de recursos naturais, de valorização do conhecimento de comunidades tradicionais e de geração de renda para as famílias envolvidas no processo produtivo (NATURA, 2013).

A ampliação de nossos negócios vem acompanhada da intensificação de programas e práticas ambientais, de modo a mitigar e reduzir os impactos provocados. Os programas desenvolvidos para atender à complexidade do negócio já nascem com uma visão ampliada para envolver toda a cadeia produtiva. Essa abordagem guiou iniciativas para redução do carbono, consumo de água e geração de resíduos, temas considerados prioritários pela Natura (NATURA, 2011, p. 75).

Ao longo desse período de pouco mais de uma década, mostra que processos produtivos de menor impacto ambiental e soluções inovadoras podem gerar valor para a sociedade e para as empresas (NATURA, 2011, p.29).

A Natura assume que uma empresa ambientalmente responsável deve gerenciar suas atividades de maneira a identificar os impactos sobre o meio ambiente, buscando minimizar aqueles que são negativos e amplificar os positivos. As diretrizes para o meio ambiente da natura contemplam; a responsabilidade para com as gerações futuras, a educação ambiental, o gerenciamento do pacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços e a minimização de entradas e saídas de materiais (NATURA, 2013).

Após a apresentação das principais características operacionais e ambientais que serviram de base para a realização desta pesquisa, passou-se a analisar as informações obtidas a partir das demonstrações e relatórios contábeis da empresa em questão.

Assim, no próximo tópico foram apresentados os indicadores ambientais propostos pela GRI que foram evidenciados nos relatórios da natura S.A no período de 2009 á 2011.

3.2 Indicadores ambientais

Iniciando a análise, buscou-se primeiramente observar a existência da evidenciação dos indicadores ambientais da GRI no período proposto pela análise, verificando assim, se a empresa está divulgando as informações ambientais de forma total ou parcial.

Foi considerada como informação ambiental de forma total para cada indicador, aquela que fornece todas as informações solicitadas pelo indicador correspondente da GRI pela empresa. Já a classificação como forma parcial, se deu quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador correspondente da GRI foram fornecidas pela empresa. Seguem os resultados de 2009 no quadro 9.

Quadro 9 - Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2009

Indicadores ambientais propostos pelo GRI	2009	
	TOTAL	PARCIAL
Materiais usados por peso ou volume.		x
Percentagem de materiais de entrada usados que são reciclados.	x	
Consumo de energia direta por energia de fonte primária	x	
Consumo de energia indireta por energia de fonte principal.	x	
Energia economizada devido à conservação e melhorias eficientes.	x	
Iniciativas para fornecer energia eficiente ou renovável, produtos baseados na redução de energia e serviços.	x	
Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta.	x	
Total de água retirada por fonte.	x	
Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.	x	
Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	x	
Localização e tamanho da área possuída, arrendada, gerenciada ou adjacente a áreas protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade e áreas protegidas.	x	
Discriminação de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alta biodiversidade fora de áreas protegidas.	x	
Habitats protegidos ou restaurados.	x	
Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	x	
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN conservadas em habitats nas áreas afetadas por operações, por nível de risco de extinção.		
Total de emissões por peso de gás de efeito estufa de maneira direta e indireta.	x	
Emissões relevantes de maneira indireta de gás de efeito estufa.	x	
Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	x	
Emissões de substâncias destruidoras de ozônio por peso.	x	
NO, SO e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.	x	
Descarte total de água, por qualidade e destino.	x	
Peso total de resíduos por tipo e método.	x	
Número e volume total de derramamentos significativos.	x	
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou considerados perigosos nos termos da Convenção Brasileira, Anexo I, II, III e VII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.	x	
Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água significativamente afetados e escoamento de água.		x
Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão do impacto de mitigação.		x
Percentual de produtos e seus materiais de embalagem que são recuperados, por categoria.		x
Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias, pelo não cumprimento com as leis ambientais e regulamentos.	x	
Impactos ambientais significativos com o transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados para a organização em operações.	x	
Total dos gastos em proteção ambiental e investimentos por tipo.		x

Conforme no quadro 9, os indicadores EN 1, EN 25, EN 26 e EN 27 apresentam informações parciais. Seguem as razões dessa análise. O total de materiais utilizados por peso e volume foi relatado no EN 1, mas não foi utilizada a estratificação por materiais não renováveis e materiais diretos utilizados.

Já o indicador EN 25 relata informações sobre os corpos d'água impactados pelos descartes, todavia, a dimensão e o valor da biodiversidade do corpo d'água não foram relatados. No indicador EN 26 observam-se as iniciativas para mitigar os impactos ambientais dos produtos e serviços, mas não foi incluída na publicação as ações de mitigação dos impactos relacionados aos ruídos. Foi relatado o peso total de produtos e embalagens recuperados no indicador EN 27, embora não revelasse a porcentagem em relação ao total faturado. Já no caso do indicador EN 30, foram divulgados os diversos investimentos e gastos da organização, mas não foi utilizada a segmentação solicitada pelo indicador.

Os demais indicadores classificados como informações totais atingem todos os critérios de seus indicadores correspondentes propostos pelo GRI. No quadro 10 fornece resultados de 2010.

Quadro 10 – Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2010

Indicadores ambientais propostos pelo GRI	2010	
	TOTAL	PARCIAL
Materiais usados por peso ou volume.		x
Porcentagem de materiais de entrada usados que são reciclados.	x	
Consumo de energia direta por energia de fonte primária	x	
Consumo de energia indireta por energia de fonte principal.	x	
Energia economizada devido à conservação e melhorias eficientes.	x	
Iniciativas para fornecer energia eficiente ou renovável, produtos baseados na redução de energia e serviços.	x	
Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta.	x	
Total de água retirada por fonte.	x	
Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.	x	
Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	x	
Localização e tamanho da área possuída, arrendada, gerenciada ou adjacente a áreas protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade e áreas protegidas.	x	
Discriminação de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alta biodiversidade fora de áreas protegidas.	x	
Habitats protegidos ou restaurados.	x	
Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	x	
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN conservadas em habitats nas áreas afetadas por operações, por nível de risco de extinção.	x	
Total de emissões por peso de gás de efeito estufa de maneira direta e indireta.	x	
Emissões relevantes de maneira indireta de gás de efeito estufa.	x	
Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	x	
Emissões de substâncias destruidoras de ozônio por peso.	x	
NO, SO e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.	x	
Descarte total de água, por qualidade e destino.	x	
Peso total de resíduos por tipo e método.	x	
Número e volume total de derramamentos significativos.	x	
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou considerados	x	

perigosos nos termos da Convenção Brasileira, Anexo I, II, III e VII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.		
Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água significativamente afetados e escoamento de água.		x
Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão do impacto de mitigação.		x
Percentual de produtos e seus materiais de embalagem que são recuperados, por categoria.		x
Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias, pelo não cumprimento com as leis ambientais e regulamentos.	x	
Impactos ambientais significativos com o transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados para a organização em operações.	x	
Total dos gastos em proteção ambiental e investimentos por tipo.		x

Conforme quadro 10, os resultados de 2010 são iguais a 2009, no que concernem aos indicadores que não apresentam informações totais: EN 1, EN 25, EN 26, EN 27 e EN 30.

O indicador EN 1, relata o total de materiais utilizados por peso e volume foi relatado, mas não foi utilizada a estratificação por materiais não renováveis e materiais diretos utilizados. Já o indicador EN 25 descreve às informações sobre os corpos d'água impactados pelos descartes, mas não foi reportado a dimensão e o valor da biodiversidade do corpo d'água.

No indicador EN 26 foi relatada as iniciativas para mitigar os impactos ambientais dos produtos e serviços, contudo, não foi incluída na publicação as ações de mitigação dos impactos relacionados aos ruídos. A empresa priorizou temas ambientais como gases de efeito estufa, impacto de produtos com atenção especial para resíduos sólidos, não incluindo a questão da poluição sonora.

Com relação ao indicador EN 27, contém a descrição do peso total de produtos e embalagens recuperados, todavia não aborda a porcentagem em relação ao total faturado.

No indicador EN 30 foi divulgado os diversos investimentos e gastos da organização, inclusive sobre meio ambiente, mas não foi utilizada a segmentação solicitada pelo indicador. O quadro 11 informa os resultados em 2011.

Quadro 11 – Indicadores ambientais da GRI nos relatórios da Natura em 2011

Indicadores ambientais propostos pelo GRI	2011	
	TOTAL	PARCIAL
Materiais usados por peso ou volume.		x
Percentagem de materiais de entrada usados que são reciclados.	x	
Consumo de energia direta por energia de fonte primária	x	
Consumo de energia indireta por energia de fonte principal.	x	
Energia economizada devido à conservação e melhorias eficientes.	x	
Iniciativas para fornecer energia eficiente ou renovável, produtos baseados na redução de energia e serviços.	x	
Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta.	x	
Total de água retirada por fonte.	x	
Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.		
Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	x	
Localização e tamanho da área possuída, arrendada, gerenciada ou adjacente a áreas protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade e áreas protegidas.	x	
Discriminação de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alta biodiversidade fora de áreas protegidas.	x	
Habitats protegidos ou restaurados.	x	
Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	x	
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN conservadas em habitats nas áreas afetadas por operações, por nível de risco de extinção.	x	
Total de emissões por peso de gás de efeito estufa de maneira direta e indireta.	x	
Emissões relevantes de maneira indireta de gás de efeito estufa.	x	
Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	x	
Emissões de substâncias destruidoras de ozônio por peso.	x	
NO, SO e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.	x	
Descarte total de água, por qualidade e destino.	x	
Peso total de resíduos por tipo e método.	x	
Número e volume total de derramamentos significativos.	x	
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou considerados perigosos nos termos da Convenção Brasileira, Anexo I, II, III e VII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.	-	-
Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água significativamente afetados e escoamento de água.		x
Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão do impacto de mitigação.		x
Percentual de produtos e seus materiais de embalagem que são recuperados, por categoria.		x
Valor monetário de multas significativas e totais de sanções não monetárias, pelo não cumprimento com as leis ambientais e regulamentos.	x	
Impactos ambientais significativos com o transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados para a organização em operações.	x	
Total dos gastos em proteção ambiental e investimentos por tipo.	x	

Observando os períodos anteriores com 2011, no quadro 11, esse foi o único ano que o indicador EN 30 foi considerado com informação total. Pois foi evidenciada despesas de projetos e programas relacionados a temas prioritários; despesas de equipe, estudos e consultorias, benefícios adicionais a colaboradores e outras despesas em geral; despesas

de certificação florestal, orgânica, sistemas de gestão e construção sustentável e despesas em tecnologias limpas. Essa última foi implementada no ano de 2011.

Outra divergência com os períodos anteriores refere-se ao indicador EN 24, pois não foi divulgado, por não ser aplicável, ou seja, a empresa não dispõe da informação porque ela não importa, exporta ou transporta esses resíduos.

Observa-se que exceto o EN 24 e EN 30, os demais indicadores classificados como parciais anteriormente também apresentam os mesmos resultados em 2011.

Foi observado que o indicador EN 1 em 2011, foi relatado de forma parcial, pois foi evidenciado o total de materiais utilizados por peso e volume, mas não utilizaram a estratificação por materiais diretos utilizados.

No indicador EN 25 os corpos d'água impactados pelos descartes foram relatados, mas não reportaram a dimensão e o valor da biodiversidade do corpo d'água. Já o indicador EN 26 foi relatada as diversas iniciativas para mitigar os impactos ambientais dos produtos e serviços, mas não foram publicadas as ações de mitigação dos impactos relacionados aos ruídos. No indicador EN 27 foi relatada o peso total de produtos e embalagens recuperados, mas não a porcentagem em relação ao total faturado.

Depois de analisar a evidenciação de todos os indicadores ambientais propostos pelo modelo da GRI, foram selecionados 03 indicadores relevantes para que fosse acompanhada a sua evolução. São eles o EN 2, EN 10 e EN 30. Os quais evidenciam os materiais, a água e os investimentos ambientais da empresa.

3.3 Análise da variação em percentual dos indicadores mais relevantes

Em busca da redução do impacto ambiental causado pelas suas embalagens, a empresa investe no desenvolvimento de tecnologias inovadoras e buscam a redução contínua de massa das embalagens, uso de matérias-primas de menor impacto, além da utilização de materiais reciclados e recicláveis. Conforme se observa na Tabela 1, o indicador EN 2, refere-se ao percentual de materiais provenientes de reciclagem.

Tabela 1 Evolução do Indicador EN 2

PRODUTO	2009	2010	2011
Reciclado pós-consumo (%)	0,7	0,8	1,1
Reciclável (%)	86	86	84

Fonte: GRI 2012

Observou-se no decorrer dos três anos analisados um aumento de 0,4% na reciclagem do produto após o seu uso. Já o uso de produtos recicláveis se manteve o mesmo nos anos de 2009 e 2010, mas no ano de 2011 ele caiu 2%. Essa queda é justificada no relatório anual da empresa, onde ela relata que reduziu o percentual de materiais provenientes de reciclagem e o uso de recicláveis em geral, devido o aumento no número de páginas da revista Natura (que não possui papel reciclado em sua composição) e pela redução das caixas de transporte que possui maior uso de material reciclado em sua composição. Nestes casos, priorizaram a eco eficiência e redução dos materiais na fonte.

Quanto ao impacto dos seus produtos, a abordagem da Natura considera todo o ciclo de vida do produto, busca-se a redução de impactos causados ao longo da produção, distribuição e consumo das mercadorias da empresa, sendo prioridades a gestão de resíduos sólidos. No setor em que a empresa atua, as embalagens representam o tema central em termos de impacto socioambiental pós-consumo. E qualquer ação associada à melhoria do desempenho em resíduos sólidos demanda incorporação de práticas socioambientais junto a fabricantes de embalagens, o monitoramento dos seus fornecedores para a redução contínua dos impactos negativos do processo produtivo e apoio as cooperativas de catadores.

O indicador EN 10 refere-se ao percentual de água reciclada e reutilizada pela empresa, esse aspecto ganha importância na análise dos impactos nos setores produtivos. Ele pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 Evolução do Indicador EN 10

VOLUME DE ÁGUA REICLADA E REUTILIZADA	2009	2010	2011
Água reciclada e reutilizada (m³)	38.267	49.733	41.630
Percentual de reuso sobre o total de água tratada na estação de tratamento de efluente (%)	35	38	29
Percentual de reuso sobre o total de água retirada (%)	34	47	36

Fonte: GRI 2012

Observa-se que o ano de 2010 em relação aos outros anos, foi o que apresentou melhor desempenho desse indicador, com números significativos em todos os itens estudados, em relação aos outros anos. No item água reciclada e reutilizada (m³) de 2010 para 2009 foi registrado um aumento de 11.466 m³ ou 23,05%. Já a relação 2011 para 2010, foi observada uma queda nesse item de 8.103 m³ ou 19,46%. No item percentual de reuso sobre o total de água tratada na estação de tratamento de efluente (%) houve um aumento de 3% do ano de 2009 para 2010 e uma queda de 9% em relação do ano de 2010 para o ano de 2011. O percentual de reuso sobre o total de água retirada (%) também teve em 2010 seu melhor desempenho. Em 2010 ele teve um aumento de 13% em relação ao ano anterior de 2009 e em 2011 esse item caiu 11% em relação a 2010. A empresa Natura S.A em seu relatório anual de 2011 justifica que essa queda na taxa de reuso de água se deu em função da manutenção da estação de tratamento de efluentes, que limitou a sua eficácia temporariamente.

A Natura foi à primeira empresa de cosméticos a aplicar a metodologia da pegada hídrica, que se trata de quantificar a água utilizada e poluída na produção e consumo de produtos, incluindo a fase final do ciclo de vida no levantamento, que aponta o impacto de cada fase da cadeia de produção.

Esses dados fizeram com que a empresa identifica-se a necessidades de buscar metodologias complementares para melhor contemplar toda a complexidade do seu processo e assim ter uma visão abrangente e um modelo aplicável em todos os seus produtos e categorias, considerando não apenas o consumo, mas também o potencial de poluição dos produtos. E considerando também a desigualdade na distribuição de água no Brasil, pois as regiões mais populosas estão distantes das áreas com maior abundância do recurso.

É notório que a empresa tem uma preocupação com a água utilizada em todo o seu processo de produção e tenta identificar o impacto do seu negócio nos recursos hídricos, ela investe e adota uma série de medidas que possibilitam o uso racional, o reaproveitamento e o tratamento da água utilizada em sua produção.

Como empresa ambientalmente responsável, a Natura busca minimizar suas atividades potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminar para outras empresas as práticas e os conhecimentos adquiridos na experiência com gestão ambiental, adotando assim um empreendedorismo sustentável com programas socioambientais e econômicos. Esses programas e investimentos na sustentabilidade podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela 3 Evolução do Indicador EN 30

MATRIZ DE INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE (R\$ MILHARES)			
	2009	2010	2011
Projetos e programas socioambientais	5.376	7.612	8.378
Promoção de canais de diálogo	1.312	2.518	2.023
Educação e treinamento	18.572	23.799	21.301
Pesquisa em tecnologias sustentáveis	312	588	159
Despesas de gestão	22.103	28.260	32.616
Certificações	103	91	61
Tecnologias limpas	1.090	775	640
Tratamento de efluentes e disposição de resíduos sólidos	4.465	4.270	5.270
TOTAL	53.333	67.913	70.448

Fonte: GRI 2012

Os investimentos com ações relacionadas à sustentabilidade totalizaram R\$ 70,4 milhões em 2011. Um aumento de R\$ 17.115 ou 24,29% no ano de 2011 em relação ao ano de 2009. É notório o aumento no investimento em sustentabilidade no decorrer desses três anos. Apesar de ter acontecido uma redução percentual no total em relação de um ano para o outro. Enquanto de 2009 para 2010 o aumento no total de investimentos em sustentabilidade foi de R\$ 14.580 ou 27,33%, em 2010 para 2011 esse aumento foi muito inferior R\$ 2.535 ou 3,73% de um ano para o outro.

A Natura busca desenvolver projetos e orienta os investimentos visando à compensação ambiental pelo uso de recursos naturais e pelo impacto causado por suas atividades. Ela investe na pesquisa de novos conhecimentos e tecnologias para viabilizar o seu negócio e a sustentabilidade em suas ações. Os grupos de pesquisa em Tecnologias Sustentáveis têm como objetivo prosperar, desenvolver e implementar conceitos e tecnologias para promover o uso sustentável dos produtos e serviços da sociobiodiversidade, incluindo a pesquisa de sistemas ecológicos de produção, novos materiais e embalagens, tecnologias sociais e modelos de avaliação de impactos socioambientais

Segundo a Natura S.A no seu relatório anual de 2011, o investimento de pesquisa em tecnologias sustentáveis caiu porque alguns projetos foram concluídos ou disponibilizados como programas.

O modelo de negócio da empresa prevê a ampliação das relações com organizações comprometidas com a construção de uma sociedade sustentável, por isso investe no fortalecimento de entidades e associações que contribuem para a consolidação de visão de mundo da empresa e se destacam em temas significativos para o setor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Por ser considerada como um fator de grande relevância para a continuidade das empresas, a variável ambiental passou a ser considerada no planejamento das atividades das empresas, devendo esta ser evidenciada principalmente quando a empresa possui processo de produção potencialmente poluidores e extratores, como é o caso da empresa em estudo. A preservação do ambiente natural deve ser encarada pela organização não só como um dever, mas como uma responsabilidade, uma prática natural das organizações que consideram o desenvolvimento sustentável como um dos desafios mais importantes, diante do desejo de obter crescimento e lucratividade aliados a excelência em desempenho ambiental. Assim, é necessário que os gestores mudem sua visão diante dos custos ambientais, identificando-os e incluindo-os em sua contabilidade de maneira clara, pois por meio destas informações será possível gerar ações que poderão resultar na definição de um diferencial competitivo.

A pesquisa mostrou que a empresa vem evoluindo na forma de evidenciação e aderência ao modelo G 3.1 da GRI no tocante de evidenciação ambiental no decorrer dos períodos de 2009 á 2011, demonstrando preocupação com os impactos do seu processo produtivo no meio ambiente. Esses resultados poderão induzir outras empresas a também publicarem esse tipo de informação e não perderem competitividade no mercado.

Ela teve seus objetivos alcançados, que forma o de descrever as principais práticas ambientais da empresa, verificar os indicadores ambientais presentes nos relatórios da empresa, propostos pela terceira geração de diretrizes da GRI, identificando assim se esses indicadores são evidenciados de forma parcial ou total e tendo a evolução dos seus principais indicadores mensurados em percentual.

Portanto, a presente pesquisa pretendeu responder a seguinte pergunta-chave: quais informações encontradas nos relatórios de sustentabilidade da Natura Cosméticos S.A podem ser utilizadas para o modelo das normas globais propostas pela GRI?

Com base nos resultados, conclui-se que a empresa adota todo o modelo da GRI na elaboração dos seus relatórios, visando a eco eficiência ao longo de sua cadeia de geração de valor, suas diretrizes contemplam a responsabilidade para com as gerações futuras, a educação ambiental, o gerenciamento do impacto do meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços e a minimização de entradas e saídas de matérias.

A Natura adota as diretrizes da GRI para elaboração do seu relatório de sustentabilidade, que pressupõe uma série de indicadores de desempenho juntamente com o levantamento de diversas informações a respeito dos mais diferentes aspectos da gestão, políticas e dos procedimentos de recursos humanos e atua sobre dados econômico-financeiros e o relacionamento com a natureza e a comunidade. Esse modelo é considerado mais aceito internacionalmente, por sua amplitude e possibilidade de comparação e por mapear, analisar e aperfeiçoar uma série de procedimentos e controles internos.

Assim, ao verificar a documentação dos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, observou-se que estava em conformidade com os indicadores da *Global Reporting Initiative* nível A+, que representa os parâmetros globais para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Nos três anos analisados, o ano de 2009, 2010 e 2011 a empresa Natura S.A. atendeu os requisitos de Nível de Aplicação A+ da GRI, pois o conteúdo dos relatórios enviados atendiam as diretrizes G 3.1 e respondem a cada indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial com a devida atenção ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: respondendo ao indicador ou explicando o motivo da omissão.

A utilização pela empresa desse modelo além de permitir a comparação com outros relatórios traz uma maior confiabilidade e uma visualização mais explícita com relação às atividades da empresa. Percebe-se que, através de todas as ações da empresa a mesma está em desenvolvimento para a sustentabilidade, pois a partir do momento em que ela tem toda sua matéria-prima retirada do meio ambiente, ela precisa monitorar e acompanhar constantemente suas ações para que se mantenha nos padrões estabelecidos e necessários. Essas ações realizadas pela empresa internamente apresentam um discurso favorável pelos seus colaboradores, pelo fato de perceberem os benefícios e complexidades apresentados por suas ações.

As conclusões deste estudo buscam contribuir para um maior entendimento sobre o tema reportado, informando aos usuários da informação contábil as práticas de evidenciação ambiental e o comportamento da empresa Natura S.A. para com o meio ambiente. Sugere-se para pesquisas futuras a continuidade e mensuração de outros indicadores ambientais. Pois o ano de 2012 não foi estudado por não está disponível ainda no site da empresa as informações competentes a GRI.

REFERÊNCIAS

BEAVER, William. **Financial reporting: an accounting revolution**. Prentice Hall, 1998.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Célia (Org.). **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2007.

COSTA, Rodrigo Simão; MARION, José Carlos. A uniformidade das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.18 n.43. São Paulo: jan./abr. 2007.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Atlas, 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Atlas, 2003.

FERREIRA, Luiz Felipe. *et al.*. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da *global reporting initiative* GRI**. 2009. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf)>. Acesso em: 19 de Agosto de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE — GRI. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. Versão em português. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 11 Julho 2012.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo. Atlas 2009.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações**. 2001. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>>. Acesso em: 12 de Julho 2012.

LOPES, Alexsandro; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. 5.ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2008.

NATURA. **Relatórios anuais 2009**. Disponível em: http://natura.infoinvest.com.br/ptb/2450/relatorioanualcompleto_port_1008.pdf. Acesso em: 06 de Março de 2013.

NATURA. **Relatórios anuais de 2010**. Disponível em: <http://natura.infoinvest.com.br/ptb/3718/RA2010.pdf>. Acesso em: 07 de Março de 2013.

NATURA. **Relatórios anuais de 2011**. Disponível em: http://natura.infoinvest.com.br/ptb/3996/ra_2011_completo_gri_port.pdf. Disponível em 07 de Março de 2013.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Sousa; GASPARINO, Marcela Fernandes. Evidenciação Ambiental: Comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: **CONGRESSO USP**, 6., 2006, São Paulo.

RIBEIRO, Maisa de Souza de. **Contabilidade Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROVER, Suliani et. al. Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo Exploratório sobre o *Disclosure* das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n.2, p.53-72, maio/ago/2008.

SANTOS, A.R.P. et al. **Contabilidade Ambiental**: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhospdf/47.pdf. Acesso em 12 Julho 2012.

SOLOMON, Jill; SOLOMON, Aris. *Corporate governance and accountability*. London: Willey, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZAMBON. Bruno Pagotto. RICCO, Adriana Sartório. **SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**: uma oportunidade para novos negócios. 2009. Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Sustentabilidade_Empresaria_Uma_oportunidade_para_novos_negciosl.pdf>. Acesso em: 14 de Julho de 2012.